

1 2 9 0



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Catarina Ofélia de Carvalho Henriques

**DESAFIOS DA INTERVENÇÃO SOCIAL EM TERRITÓRIOS
VULNERÁVEIS:
A IMPORTÂNCIA DA PRÁTICA DE RUGBY PARA A INCLUSÃO
SOCIAL E PARA A CONSTRUÇÃO DOS PERCURSOS DE VIDA DAS
CRIANÇAS**

Dissertação no âmbito do Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo, orientada pela Professora Doutora Joana Vale Guerra e apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação e Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Outubro de 2020

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação e Faculdade de Economia da
Universidade de Coimbra

**DESAFIOS DA INTERVENÇÃO SOCIAL EM TERRITÓRIOS VULNERÁVEIS:
A Importância da Prática de Rugby para a Inclusão Social e para a
Construção dos Percursos de Vida das Crianças.**



Catarina Ofélia de Carvalho Henriques

Dissertação do Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo, na área científica de Serviço Social, sob orientação da Senhora Professora Doutora Joana Vale Guerra e apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação e à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Outubro de 2020

PREÂMBULO

A atual crise sanitária, – desencadeada pelo *Severe Acute Respiratory Syndrome Corona Virus 2* (abreviadamente, SARS-CoV-2), assim designado pela Organização Mundial de Saúde, que teve a sua origem na cidade de *Wuhan*, capital da província Chinesa de *Hubei*, em dezembro de 2019 –, agudizou as preocupações socio laborais, dado o seu impacto nefasto nas dinâmicas sociais e familiares. Em dezembro de 2019, poucos seriam aqueles que tinham a real consciência das proporções, económicas e sociais, que este vírus poderia alcançar. O aumento galopante de casos positivos levou a Organização Mundial de Saúde a declarar situação de Pandemia Covid-19, no dia 11 de março de 2020. Esta crise social e económica subjacente do contexto e emergência sanitária sem precedentes, propagou-se, rapidamente, por todo o globo e exacerbou as preocupações preconizadas pela União Europeia, deixando ainda mais a descoberto muitas das fragilidades dos países, nas mais diversas áreas e setores, o que acarretou profundas mudanças, obrigando-nos a ter um novo olhar, novas formas de atuação e capacidade de resiliência.

Face à preocupante realidade, proclamou-se a existência de um Estado Social forte, apelo justificado pela gravidade da doença, pelo surgimento de surtos e facilidade de transmissão comunitária, o que obrigou à conceção de um plano de contingência rigoroso, bem como, a implementação de políticas públicas fortes, estratégias e respostas de proteção social e do trabalho. Em Portugal, à semelhança do que se sucedera noutros países, com objetivo de conter a propagação e o contágio por Covid-19, foi decretado Estado de Emergência, pelo Presidente da República, a 18 de março (Cf. Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, de 18 de março) e subsequentemente, declaração de Estado de Calamidade Pública, pelo Governo de Portugal, a 3 de maio. Com o mundo fechado, foram implementadas medidas (excepcionais e temporárias) com o propósito de prestar proteção social, minimizando, desta forma, os impactos na dimensão humana, económica e social – «*Neste contexto, sem precedentes, o Governo concedeu apoios financeiros às famílias, trabalhadores e empresas, e reforçou os recursos humanos e financeiros dos serviços públicos*» (Cf. Proposta de Lei n.º 33/XIV). Os setores de atividade mais expostos ao risco, sem acesso a matéria-prima, com o abrandamento da produção, a redução ou inexistência de encomendas e sem clientes, viram-se obrigados a adotar regimes e mecanismos de *lay-off* (para manter os postos de trabalho) ou a decretar falência ou insolvência, deixando muitas

famílias em situação de precariedade e grave carência económica. As situações de desemprego e os pedidos de apoio, por exemplo, de bens alimentares, dispararam, pelo que, uma vez mais, houve a necessidade de implementar políticas públicas, reajustar e readaptar intervenções e delinear estratégias, protegendo-se, assim, os mais vulneráveis.

A complexidade e gravidade deste cenário social reforçaram e justificaram a necessidade de ser dada continuidade a projetos de intervenção social de proximidade e a respostas e intervenções sociais descentralizadas, em ações de complementaridade com a Rede Social Local. Exemplo disso, são os Programas CLDS e os projetos e/ou ações subjacentes, conducentes com as características e necessidades identificadas no documento social – Diagnóstico Social – de cada território.

Conhecida a perigosidade e letalidade do vírus, sobretudo em pessoas que constituem grupos de risco (Cf. página SNS 24), e por força do aumento de casos positivos de SARS-CoV-2 em Portugal, foram adotadas medidas de confinamento social por parte do Estado Português, motivando o encerramento e ou condicionamento de espaços e serviços dos setores. Tais medidas de interdição contemplaram a suspensão da prática desportiva, obrigando ao ajustamento da presente investigação à conjuntura atual, uma vez que o estudo tem como objeto central o projeto de inclusão social através do desporto, Projeto «Rugby no Bairro». Por sua vez, a Federação Portuguesa de Rugby, cumprindo o estipulado no plano de contingência adotado pelo Estado Português e as recomendações da OMS, suspendeu todas as competições calendarizadas até ao final da época 2019/2020. Também o projeto «Rugby no Bairro» foi interrompido, obrigando à reestruturação do desenho inicial da investigação, nomeadamente, ao nível da operacionalização da pesquisa de investigação – amostra (mais reduzida) e técnicas de recolha de dados. Houve a necessidade de se privilegiar a comunicação *a distância* (não presencial), emergindo constrangimentos, nomeadamente tecnológicos, uma vez que alguns dos encarregados de educação não dispunham de acesso à internet e/ou de equipamento informático, o que inviabilizou a realização de entrevistas. A suspensão do projeto «Rugby no Bairro» inviabilizou, pois, a realização de entrevistas presenciais e observações diretas (em contexto natural).

RESUMO

Os novos desafios sociais requereram a implementação de políticas públicas, urgentes e necessárias, respostas céleres, e novas soluções e estratégias de atuação, conducentes à mitigação dos problemas sociais dos territórios e das comunidades, exigindo-se, pois, um Estado de Providência capaz e políticas sociais promotoras de efetiva proteção social e laboral. Sem respostas sociais, suficientes e de qualidade, o Estado redefiniu as suas responsabilidades sociais para o desenvolvimento local assentes em novas formas de governação, delegando nas organizações da Economia Social, a execução de políticas públicas transnacionais – *e.g.*, projeto-piloto Programa Contrato Local de Desenvolvimento Local (*vulgo* CLDS), com o propósito de combater os fenómenos de Pobreza e Exclusão Social.

O estudo em apreço, alicerçado no Paradigma Qualitativo, sob a forma de Estudo de Caso, é suportado pela Teoria do Modelo Bioecológico de Desenvolvimento Humano proposta por *Urie Bronfenbrenner*, como base teórico metodológico. Parte-se da conceção de desporto enquanto ferramenta de intervenção social promotora de inclusão, constituindo-se o caso concreto do Projeto «Rugby no Bairro» como objeto de estudo. Pretende-se mostrar o potencial do projeto como ferramenta social promotora da construção de percursos de vida inclusivos e resposta diferenciadora capaz de combater fenómenos de pobreza relativa. Implementado pelo Programa CLDS Coimbra (Geração Mais e Terceira) entre os anos de 2015 e 2019, num território vulnerável do concelho de Coimbra, Planalto do Ingote, destinase a crianças “em risco” por força da residência neste território, numa ação pautada pelo trabalho em rede.

Palavras-chave: Modelo Bioecológico de Desenvolvimento Humano, Governança, Programa CLDS, Rugby, Inclusão Social.

SUMMARY

The new social challenges required the implementation of urgent and necessary public policies, rapid responses, and new solutions and strategies for action, leading to the mitigation of social problems of territories and communities, thus requiring a capable welfare state and social policies promoting effective social and labour protection. Without sufficient, high-quality social responses, the State has redefined its social responsibilities for local development based on new forms of governance, delegating to Social Economy, the implementation of transnational public policies - *e.g.* the pilot project Local Development Contract Programme (known as CLDS), with the aim of combating the phenomena of Poverty and Social Exclusion.

This study, based on the Qualitative Paradigm, in the form of a Case Study, is supported by the Bioecological Model of Human Development Theory proposed by Urie Bronfenbrenner, as a theoretical and methodological basis. It is based on the conception of sport as a tool of social intervention that promotes inclusion, being the concrete case of the Project «Rugby no Bairro» as the object of study. The aim is to show the potential of the project as a social tool that promotes the construction of inclusive life paths and a differentiated response capable of combating phenomena of relative poverty. Implemented by the CLDS Coimbra Programme (Generation Plus and Third) between the years 2015 and 2019, in a vulnerable territory of the municipality of Coimbra, Planalto do Ingote, aimed at children "at risk" due to their residence in this territory, in an action guided by networking.

Keywords: Bioecological Model of Human Development, Governance, CLDS Programme, Rugby, Social Inclusion.

RESUMEN

Los nuevos desafíos sociales exigen la aplicación de políticas públicas urgentes y necesarias, respuestas rápidas y nuevas soluciones y estrategias de acción, que conduzcan a la mitigación de los problemas sociales de los territorios y las comunidades, lo que requiere un Estado de bienestar capaz y políticas sociales que promuevan una protección social y laboral eficaz. Sin respuestas sociales suficientes y de calidad, el Estado ha redefinido sus responsabilidades sociales en materia de desarrollo local sobre la base de nuevas formas de gobernanza, delegando en la Economía Social, como la aplicación de políticas públicas transnacionales -por ejemplo, el proyecto piloto Programa de Contratos de Desarrollo Local (conocido como CLDS), con el fin de luchar contra los fenómenos de la pobreza y la exclusión social.

Este estudio, basado en el Paradigma Cualitativo, en forma de Estudio de Caso, se apoya en el Modelo Bioecológico de la Teoría del Desarrollo Humano propuesto por Urie Bronfenbrenner, como base teórica y metodológica. Se basa en la concepción del deporte como herramienta de intervención social que promueve la inclusión, siendo el caso concreto del Proyecto «Rugby no Bairro» como objeto de estudio. El objetivo es mostrar el potencial del proyecto como herramienta social que promueve la construcción de trayectorias de vida inclusivas y una respuesta diferenciada capaz de combatir los fenómenos de pobreza relativa. Ejecutado por el Programa CLDS Coimbra (Generación Plus y Tercera) entre los años 2015 y 2019, en un territorio vulnerable del municipio de Coimbra, Planalto do Ingote, dirigido a los niños "en situación de riesgo" debido a su residencia en este territorio, en una acción guiada por la creación de redes.

Palabras clave: Modelo Bioecológico de Desarrollo Humano, Gobernanza, Programa CLDS, Rugby, Inclusión Social.

LISTA DE ABREVIATURAS

CLAS/C – Conselho Local de Ação Social de Coimbra

CLDS – Contrato Local de Desenvolvimento Social

CMC – Câmara Municipal de Coimbra

CRRC – Comité Regional de Rugby do Centro

CSF – Comissão Social de Freguesia

ECLP – Entidade Coordenadora Local da Parceria

ELEP – Entidade Local Executora da Parceria

ES – Economia Social

ESAC – Escola Superior Agrária de Coimbra

FPR – Federação Portuguesa de Rugby

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

ISS, I.P. – Instituto da Segurança Social, Instituto Público

JF / UF – Junta de Freguesia / União de Freguesias

MBDH – Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano

NE CLAS/C – Núcleo Executivo do Conselho Local de Ação Social de Coimbra

OES – Organização de Economia Social

OMS – Organização Mundial de Saúde

OPSDC – Obra de Promoção Social do Distrito de Coimbra

PA – Plano de Ação

POISE – Programa Operacional para a Inclusão Social e Emprego

PPP – Processos de Promoção e Proteção

Núcleo de Rugby da AEESAC – Núcleo de Rugby da Associação de Estudantes da Escola Superior Agrária de Coimbra

ÍNDICE

PREÂMBULO	iii
RESUMO	v
SUMMARY	vii
RESUMEN	ix
LISTA DE SIGLAS	xi
ÍNDICE	xiii
INTRODUÇÃO	1
PARTE I – REFERENCIAL TEÓRICO	3
1. ABORDAGEM CONCEITUAL SOBRE OS PROCESSOS DE INCLUSÃO SOCIAL NA SOCIEDADE ATUAL	3
1.1. Pobreza (absoluta e relativa) e Exclusão Social	4
1.2. Inclusão Social	6
1.3. Território e Governança	7
2. MODELO BIOECOLÓGICO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DE BRONFENBRENNER: A MUDANÇA SOCIAL PRECONIZADA PELOS MÚLTIPLOS AMBIENTES	8
2.1. O Desenvolvimento Humano - Componentes do MBDH: Pessoa, Processo, Tempo e Contexto	9
2.2. Ambientes Ecológicos: Micro-, Meso-, Exo- e Macrossistema	11
2.2.1. Ambiente Ecológico adaptado ao Estudo Empírico.....	15
2.3. Desenvolvimento de crianças: a influência da Educação Informal (desporto) no desenvolvimento de habilidades pessoais e social	16
3. POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS: REDEFINIÇÃO DAS RESPONSABILIDADES SOCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL	18
3.1. O Programa CLDS como Instrumento de Política Social de Proximidade	20

3.2. Transferência de Responsabilidades Sociais: Novos desafios no Terceiro Setor	22
3.2.1. A Sustentabilidade do Terceiro Setor e dos projetos financiados	23
4. O DESPORTO: UMA FERRAMENTA DE INTERVENÇÃO SOCIAL FACILITADORA DE DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO PESSOAL E SOCIAL	26
4.1. Valores do Desporto: Desafios em Territórios Vulneráveis	27
4.2. O Papel Inclusivo e Social do Rugby	29
4.2.1. Projetos de intervenção social em Portugal: Inclusão Social através do Rugby - projetos destinados a crianças residentes em territórios vulneráveis	31
PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO	33
1. ESTUDO DE CASO – O PROGRAMA CLDS DE COIMBRA: INTERVENÇÃO EM TERRITÓRIOS VULNERÁVEIS	33
1.1. O Programa CLDS no Concelho de Coimbra	33
1.1.1. Entidade Coordenadora e Executora Local da Parceria: Obra de Promoção Social do Distrito de Coimbra	35
1.1.2. Plano de Ação (PA) do Programa CLDS 3G Coimbra	36
2. O PROJETO «RUGBY NO BAIRRO» - A INFLUÊNCIA DO RUGBY NA CONSTRUÇÃO DE PERCURSOS INCLUSIVOS DE CRIANÇAS RESIDENTES EM TERRITÓRIOS VULNERÁVEIS	37
2.1 Descrição	37
2.2. Destinatários	39
2.3. Caracterização do Território	39
2.4. Parcerias	40
2.4.1. Programa Escolhas – Projeto Trampolim E7G	42
2.4.2. Núcleo de Rugby da Associação de Estudantes da Escola Superior Agrária de Coimbra	43
3. O METODOLOGIA	44
3.1. Paradigma de Construção do Conhecimento	44
3.2. Objetivos	45
3.3. Técnicas de Recolha de Dados	46

3.3.1. Entrevistas: articulação entre objetivos de investigação e as questões que integram os guíões de entrevista	48
3.4. Procedimentos de pesquisa.....	52
3.4.1. Amostra	52
3.5. Aspetos Éticos	53
3.6. Análise dos dados	53
4. ANÁLISE E CONFRONTAÇÃO DOS DADOS	54
4.1. Recolha de dados	55
4.1.1. Entrevistas	55
4.1.2. Observações	56
4.2. Apresentação e Interpretação dos dados	56
4.2.1. Funcionamento dos treinos no Bairro	57
4.2.2. Treinos e Convívios / Torneios	58
4.2.3. Dimensões	60
4.2.3.1. Comportamento e forma de estar em casa	60
4.2.3.2. Comportamento e forma de estar na escola	61
4.2.3.3. Construção pessoal, coletiva e relacionamento interpessoal	61
4.2.3.4. Consciência familiar, técnica e comunitária	63
4.2.3.5. Inclusão Social	64
4.2.3.6. Funcionamento e Sustentabilidade	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	74
ANEXOS	I
ANEXO I – GUIÕES DE ENTREVISTAS.....	II
ANEXO II - DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO	VIII
ANEXO III – REGISTO FOTOGRÁFICO	XI

INTRODUÇÃO

Perante os emergentes desafios sociais, a União Europeia e as Organizações Internacionais concertaram políticas públicas, diretrizes e estratégias que requereram novos modelos de governação, intervenções, respostas e soluções sociais ajustadas aos territórios e às características das comunidades, vocacionadas para mitigar as ameaças e os problemas sociais, exemplo disso, são os Programa CLDS. Todavia, para uma maior abrangência e eficácia nas intervenções, tornou-se fulcral envolver as organizações do Terceiro Setor, concertar estratégias e articular intervenções alicerçados numa lógica de proximidade e complementaridade, envolvendo-se, desta forma, todos os atores sociais. Da transferência de responsabilidades sociais, o Estado assume o papel de parceiro. Nas agendas políticas internacionais, os complexos fenómenos de pobreza e exclusão social, as suas expressões, reflexos e impactos nefastos no setor social, particularmente, em áreas geográficas descritas como vulneráveis e multiproblemáticas (Antunes, 2015), pela sua importância e dimensão, tornaram-se temáticas centrais de debate e reflexão. Ademais, de acordo com a doutrina, constata-se que os fenómenos *supra* se intensificam com vagas pandémicas, flutuações nas dimensões económicas e financeiras dos países, afetando fortemente a sociedade, arrolando o país para graves recessões e colocando as famílias em declaradas situações de dificuldade e vulnerabilidade, realçando-se, ainda mais, as desigualdades sociais e empobrecimento das famílias.

O estudo em apreço, alicerçado no paradigma de construção do conhecimento Qualitativo e suportada no Modelo Bioecológico de Desenvolvimento Humano (MBDH), proposto por *Urie Bronfenbrenner* como base teórico metodológico, versa a reflexão em torno do Desporto – Modalidade de Rugby – como meio idóneo à Inclusão Social das crianças, residentes em territórios estigmatizados e vulneráveis, bem como, a influência dos múltiplos sistemas no processo de inclusão e conseqüente desenvolvimento humano. Assim, o mote central do estudo é o Projeto «Rugby no Bairro», implementado pelo Programa CLDS de Coimbra – Concelho Solidário e Saudável, em parceria¹, no período de 2015 a 2019, nos

¹ Principais parceiros: Projeto Trampolim E5G, E6G e E7G e o Núcleo de Rugby da Associação de Estudantes da Escola Agrária de Coimbra (AEESAC)

Bairros Sociais e/ou Municipais do Planalto do Ingote, no Concelho de Coimbra. Ademais, reforça-se que este projeto-piloto assenta na lógica de trabalho em rede e de proximidade, complementar à Rede Social Local, constituindo-se como política pública transnacional, *«ancorada numa forte parceria entre Estado, Autarquias e entidades do sector social e solidário, com uma importância crescente das redes locais de economia social»* (Cf. doc. Portugal 2020 – Acordo de parceria 2014-2020; 2014, p.44), com o foco na prossecução do combate a problemáticas sociais, tais como, o desemprego, a pobreza, a exclusão social, entre outras.

Em conformidade com o explanado, para que não se confundam e não se verifiquem interpretações erradas, importa realçar que no presente estudo, cientes de que os conceitos de Pobreza e Exclusão Social são distintos, e de que combater a pobreza absoluta requer intervenções mais musculadas e de políticas mais estruturadas e rigorosas, no projeto em estudo – Projeto «Rugby no Bairro» –, o conceito de Pobreza assume a interpretação de pobreza relativa. Apresenta-se, daí, o Projeto «Rugby no Bairro» como uma resposta social com outra dimensão, em complementaridade às tipificadas respostas sociais e políticas públicas de combate à pobreza e exclusão social, de resposta unidimensional e pecuniária, nas quais está implícito, quase em exclusividade, a proteção social através da atribuição de subsídios. Como tal, este estudo centra-se numa resposta promovida pela execução do Programa CLDS de Coimbra, que responde a dimensões que promovem o desenvolvimento humano e integral através da prática de desporto, facilitando e proporcionando o acesso ao lazer, ao desporto federado, à confraternização, à aquisição de competências pessoais, académicas e sociais.

Ressalva-se que o estudo empírico se centra no hiato de tempo compreendido no período entre o ano de 2016 e 2020, alertando-se para a importância e necessidade da prática da modalidade de rugby estar acessível a todos, independentemente dos fatores de vulnerabilidade (extrínsecos e intrínsecos). Reforça-se, ainda, que, terminado o período de execução da terceira geração do Programa CLDS em Coimbra, a época desportiva 2019/2020 foi assegurada pelos parceiros de até então.

Por fim, o presente trabalho estrutura-se em duas partes, dedicando-se uma primeira parte ao referencial teórico e a segunda ao estudo empírico (desenho do estudo, análise e discussão dos dados).

PARTE I – REFERENCIAL TEÓRICO

1. ABORDAGEM CONCEPTUAL SOBRE OS PROCESSOS DE INCLUSÃO SOCIAL NA SOCIEDADE ATUAL

Atualmente, decorrente da execução de políticas públicas sociais, emergem medidas e estratégias sociais e inclusivas que possibilitam construir uma sociedade mais justa, regulada por valores de igualdade, solidariedade e equidade.

Em território nacional, por via das recomendações e diretrizes europeias, são implementados projetos e programas-piloto de intervenção social, focados nas temáticas e preocupações transversais à sociedade (*e.g.*, a pobreza, a exclusão social, as desigualdades de acesso e sucesso, a discriminação, entre outras), enquanto ferramentas sociais e políticas locais que possibilitam superar obstáculos e resistências e, conseqüentemente suprir ou mitigar os cíclicos problemas e desafios sociais. Estes, assentes no paradigma da inclusão, visam potenciar a construção de pontes e percursos sociais, educacionais, culturais e de cidadania que assegurem aos cidadãos iguais direitos e deveres.

Em territórios vulneráveis e deprimidos, numa lógica de descentralização de intervenções e desenvolvimento local, são implementados programas e projetos que constituem verdadeiras estratégias de inclusão social que permitem a valorização do cidadão e das suas singularidades, a construção e o crescimento social coletivo. Concomitantemente, possibilitam a preparação para a vida social e cívica, e promovem a participação ativa nas dinâmicas da comunidade e da sociedade.

Para um melhor entendimento e leitura desta dissertação, torna-se necessário conhecer e distinguir as noções de ***Pobreza, Exclusão e Inclusão Social, Territórios Vulneráveis e Governança.***

1.1. Pobreza (absoluta e relativa) e Exclusão Social

Importa distinguir Pobreza de Exclusão Social, duas noções distintas embora complementares (Soares, 2008), mas também, a relação entre ambos – *«A pobreza representa sempre uma forma de exclusão social, ou seja, (...) "não há pobreza sem exclusão social. Mas o contrário não é verdadeiro, porque existem formas de exclusão social que não implicam pobreza"»* (Soares, 2008, s/p).

De acordo com Caleiras (2008), os conceitos de Pobreza e Exclusão Social, embora distintos, encontram-se, tocam-se e entrecruzam-se. É fundamental atuar nas causas destes problemas sociais, por forma a construir caminhos promotores de equidade e inclusão social.

A noção de Pobreza está muitas vezes associada a carência de recursos (bens materiais e financeiros). Segundo a Comissão sobre os Direitos Sociais, Económicos e Culturais da Organização das Nações Unidas (2001) é *«a condição humana caracterizada por privação sustentada ou crónica de recursos, capacidades, escolhas, segurança e poder necessários para o gozo de um adequado padrão de vida e outros direitos civis, culturais, económicos, políticos e Sociais»*; é uma situação na qual não está garantida a satisfação de níveis mínimos de dignidade (Bruto da Costa, 2007; Menezes, 2008), ou seja, é a privação das condições de acesso a uma vida digna e ao bem-estar, podendo tratar-se de uma pobreza absoluta ou relativa – «Pobreza Absoluta» caracteriza-se pela privação de condições necessárias de acesso a uma vida digna; situação em que não são satisfeitas as necessidades mais básicas à sua sobrevivência, como por exemplo a falta de bens alimentares, *«água potável ou habitação condigna»* (EAPN, s/d); e «Pobreza Relativa» remete para as dificuldades para face aos padrões sociais em geral, ou seja, o estilo de vida do sujeito encontra-se abaixo dos padrões de vida considerados como normais em determinada região ou país (Bruto da Costa, 2007).

A persistência de elevados níveis de pobreza (relativa ou absoluta) tende a agravar-se com as flutuações políticas, económico e sociais, aumentando drasticamente o número de famílias envoltas em severos ciclos de pobreza e/ou exclusão social, ou seja, arrastam inúmeros agregados familiares declaradamente para situações de dificuldade e de fragilidade. O impacto económico e social da recente crise sanitária – Pandemia Covid-19 – e as medidas contenção implementadas colocaram inúmeras famílias abaixo do limiar da pobreza, acentuaram as desigualdades sociais, registando-se um elevado aumento de pedidos de apoio, nomeadamente, ao nível de bens-alimentares.

Em Portugal, no ano de 2018, dados do INE demonstravam a redução do risco de pobreza infantil. No entanto, é sublinhado que o risco de pobreza é uma realidade e que são os agregados familiares com crianças os mais vulneráveis, em risco de pobreza acrescida, mormente as famílias monoparentais com uma ou mais crianças (33,9%) ou as famílias nucleares com três ou mais crianças (30,2%). Também as populações empregadas e desempregadas, cerca de 17,2%, encontravam-se em risco de pobreza. A preocupante realidade social, ao contrário do espectável, agudizou-se com a atual crise. Dados recentes publicados pelo INE registam que, no mês de Junho do ano vigente, comparativamente com o mês de maio, o aumento da população desempregada é de 27,9%, somando aos conhecidos 370,3 mil desempregados mais 80,7 mil pessoas (INE, 2020). Verificou-se, ainda, no que às importações e exportações diz respeito, quedas consideráveis. Igual cenário teve o setor do turismo (baixa procura de bens e serviços), refletindo-se na diminuição de contratos de trabalho sazonais, o que poderá justificar uma parte da perda efetiva de postos de trabalho.

Por seu turno, o conceito de Exclusão Social, segundo Bruto da Costa (2007), remonta à tradição francesa e à interpretação dada a pessoas e grupos desfavorecidos, sendo definida por Robert Castel como *«a fase extrema do processo de «marginalização», entendido este como um percurso «descendente», ao longo do qual se verificam sucessivas rupturas na relação do indivíduo com a sociedade»* (p.10). É, pois, um fenómeno que *«resulta de uma desarticulação entre as diferentes partes da sociedade e os indivíduos»* (Rodrigues, Samagaio, Ferreira, Mendes & Januário, 1999, pp.64-65), gerando discriminação, o não exercício dos direitos e deveres de cidadania e a participação ativa na vida em sociedade. O autor refere, ainda, que este conceito se *«configura como um fenómeno multidimensional², como um fenómeno social ou um conjunto de fenómenos sociais interligados que contribuem para a produção do excluído»* (Rodrigues, Samagaio, Ferreira, Mendes & Januário, pp.64-65), tendo também um carácter cumulativo e dinâmico.

Trata-se, pois, de um fenómeno que produz estigmas e potencia a (auto)exclusão e o isolamento relacional (Desfiliação). Segundo Gentili (2001, p.40), *«a condição de excluído é o resultado de processo de produção social de múltiplas formas e modalidades de exclusão. Como processo, como relação social, a exclusão não desaparece quando se “atacam” os seus efeitos, mas sim as causas»*.

² É uma *«(...) interacção desigual da distribuição de poder através de 4 dimensões principais – económica, política, social e cultural – e a diferentes níveis, individual, doméstico, grupo, comunidade, nacional e global»* (Popay et al, 2008, p. 2; Apud Magalhães, 2018, p.34).

1.2. Inclusão Social

O termo Inclusão Social caracteriza-se por

um processo que garante que as pessoas em risco de pobreza e exclusão social acedem às oportunidades e aos recursos necessários para participarem plenamente nas esferas económica, social e cultural e beneficiarem de um nível de vida e bem-estar considerado normal na sociedade em que vivem. Assegura-lhes, pois, uma participação acrescida no processo decisório que afeta as suas vidas e o acesso aos seus direitos fundamentais (Cf. Relatório Conjunto sobre Inclusão Social, 2003, p.9),

ou seja, é um processo que proporciona igualdade de oportunidades de acesso e sucesso (equidade), a plena e ativa participação na sociedade, o usufruto de direitos, garantias, liberdades e iguais deveres. Trata-se pois de uma forma de garantir a coesão social, o acesso à democracia, a uma sociedade igualitária e justa, à melhoria do capital humano por via de acesso a, por exemplo, serviços de educação, saúde, mercado laboral, entre outros, que promovam o bem-estar, a qualidade de vida e o acesso a uma vida condigna.

As questões de inclusão social tiveram um papel relevante nas agendas políticas europeia e nacional. Em matéria de Inclusão Social Portugal apresentava

um elevado número de pessoas em risco de pobreza e/ou exclusão social, apesar da evolução positiva registada nos últimos anos. Esta situação [refletiu-se] em aspectos como: i) pobreza infantil (...), ii) crescente número de famílias com baixa intensidade de trabalho (...); iii) a existência de grupos específicos particularmente vulneráveis (...) (Cf. doc. Portugal 2020 – Acordo de parceria 2014-2020; 2014, pp.34-35).

Refira-se que tais fenómenos se acentuam em áreas geográficas multiproblemáticas, marginalizadas e estigmatizadas (e.g., Bairros Sociais e Municipais, *guetos*, entre outros), o que despoletou a implementação de medidas de combate e prevenção, inscritas no Acordo de Parceria que Portugal propôs à União Europeia – Portugal 2020 –, no qual foram definidas prioridades de intervenção no período 2014 a 2020.

1.3. Territórios Vulneráveis e Governança.

Importa, desde já, decifrar a noção de Vulnerabilidade. Esta reporta-se não só às características socioeconómicas mas também a fatores intrínsecos (*e.g.*, sexo, género, idade, nacionalidade, raça, etnia, crenças religiosas, cultura, etc.) e a características demográficas (Koga & Alves, s/d). As situações de vulnerabilidade e as suas configurações podem potenciar a criação de *guetos* resultantes de situações discriminatórias. De referir que, a generalidade dos cidadãos, descreve os territórios mais problemáticos e vulneráveis como sendo zonas que, por norma, são periféricas à *urbe*, geralmente, desprovidos ou com insuficientes respostas e apoios sociais, estigmatizados, carenciados, excluídos, marginalizados, pautados por conflitos étnicos e culturais, inseguros, perigosos e, muito associados a criminalidade. Referimo-nos, pois, a territórios vulneráveis, como zonas multiproblemáticas, nos quais se observam expressões de desigualdades sociais. Daí a necessidade de: uma intervenção cuidada, regular e de proximidade, ajustada às necessidades da população, respostas sociais sedeadas nestes territórios; e execução de projetos de intervenção social que promovam a inclusão social, a não discriminação, e o desenvolvimento local e comunitário. Da necessidade *supra* e de acordo com os problemas sociais, é exigida a implementação de respostas sociais e novos modelos de governação (governança territorial de base local), nomeadamente, medidas sociais municipais (*e.g.*, Programas CLDS) enquanto instrumento de proximidade, complementar à intervenção da Rede Social dos concelhos.

A descentralização de intervenções é, sobretudo, impulsionada pelo poder central e pelo poder local, na qual são transferidas responsabilidades sociais para o Terceiro Setor, em prol do Desenvolvimento Local e Comunitário e da satisfação das necessidades da população. Emerge, então, o conceito de Governança –

(...) entendida como um sistema democrático de gestão, [que] assume particular relevância no contexto da reformulação do papel do estado no quadro das suas relações com a sociedade em geral, refletindo um novo olhar e uma nova forma de encarar o papel das organizações, dos cidadãos e das autoridades públicas nos processos de tomada de decisão (Matos, 2013, p.2),

O processo de descentralização de responsabilidades sociais permite prestar um apoio / acompanhamento à população de forma mais regular, mais próxima, mais célere e menos burocrático. Permite, ainda, fruto da articulação entre as Organizações de Economia Social (OES) que operam no terreno, conhecer em profundidade as características do território e as necessidades / preocupações da comunidade, construindo-se, desta forma, intervenções ajustadas, mais eficazes e eficientes, promotoras de mudança e transformação social.

2. MODELO BIOECOLÓGICO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DE BRONFENBRENNER: A MUDANÇA SOCIAL PRECONIZADA PELOS MÚLTIPLOS AMBIENTES

Na obra «The Ecology of Human Development», publicada no ano de 1979, Urie Bronfenbrenner, apresenta um modelo sistémico, inovador, explicativo do desenvolvimento humano, no qual evidencia o desenvolvimento como sendo resultante da interação e da inter-relação entre a pessoa e o contexto, ou seja, a pessoa (inserida no contexto) e o ambiente influenciam-se mutuamente – lógica de reciprocidade (Bronfenbrenner, 1979; 2002).

Mais tarde, no ano de 1998, reconhecendo que no modelo *supra* deveriam ser consideradas as características biológicas, psicológicas e comportamentais do sujeito, como elementos preponderantes explicativos do desenvolvimento da pessoa, assim como, a sua interação de reciprocidade com o contexto, Bronfenbrenner reestruturou o modelo inicial, passando a designar-se de Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano – «*evidencia o papel dos contextos nos quais a pessoa – um ser biológico, psicológico e social – está inserida e assume o papel ativo e transformador dos indivíduos sobre tais contextos, destacando, portanto, sua capacidade de mudar e melhorar as relações sociais*» (Bronfenbrenner, 1979; *Apud* Leme, Prette, Koller, & Prette, 2016, p.2) ou seja, advoga o sistema Bioecológico como elemento necessário para uma melhor compreensão do desenvolvimento humano. Um outro aspeto introduzido «*é o construto teórico “processos proximais”, entendido como “formas particulares de interação entre organismo e ambiente, que operam ao longo do tempo e compreendemos primeiros mecanismos que produzem o desenvolvimento humano*» (Bronfenbrenner & Morris, 1998, p. 994). Por fim, propõe, ainda, uma nova componente / dimensão, o Tempo – o Cronossistema (Tegethof, 2007; Johnson, 2008).

O MBDH enfatiza, pois, a necessidade de ser considerado o desenvolvimento humano como algo dinâmico e sistémico, resultante, simultaneamente, de complexas e recíprocas

interação e inter-relações entre pessoa - contexto e da influência exercida pelos múltiplos ambientes / fatores (Bronfenbrenner, 2001; Szymanski, 2004). Este modelo é composto por quatro componentes – Pessoa, Processo, Tempo e Contexto – e diferentes níveis / ambientes – micro, meso, exo, macrossistema – dinâmicos e interrelacionados (Bronfenbrenner & Morris, 1998). Os distintos níveis e fatores que lhes inerem estão interligados e em permanente interação com a pessoa (centro do sistema), influenciando, inevitavelmente e de forma reiterada, o seu desenvolvimento.

Em conformidade, Bronfenbrenner (2002, p.23) referiu que o Desenvolvimento Humano envolve, pois: «*uma mudança nas características da pessoa*» que pressupõe uma necessária e contínua reorganização no espaço e no tempo; uma mudança de desenvolvimento nos domínios da perceção e ação; e, a interconexão com os «*níveis do meio ambiente ecológico*», no qual o sujeito surge no centro de um sistema ecológico.

2.1. O Desenvolvimento Humano – Componentes do MBDH: Pessoa, Processo, Tempo e Contexto

Para um melhor entendimento torna-se necessário definir o conceito de Desenvolvimento Humano à luz do MBDH, como sendo um fenómeno que se desencadeia naturalmente, ao longo da vida, assente nas peculiaridades e nas idiosincrasias biopsicossociais da Pessoa, que tende tanto a robustecer a estabilidade, como a fomentar a dinâmica / mudança e, assim, a evolução e o progresso, com repercussão prospetiva na existência (Bronfenbrenner & Morris, 1998, p.1011).

Ademais, importa conhecer os quatro componentes / dimensões que constituem o *MBDH – Pessoa, Processo, Contexto e Tempo - PPCT* – que, em constante inter-relação e interdependência, propulsionam o desenvolvimento humano, assim como, múltiplas mudanças (Breia, Almeida & Colôa, 2004; *Apud* Tegethof, 2007):

Pessoa – Molda-se e seleciona o ambiente; é o elemento central no ambiente que se encontra em constante crescimento e desenvolvimento, fruto da sua relação de reciprocidade com os diferentes contextos, pelo que, se analisam as mudanças e a transformação social numa lógica de intervenção sistémica – «*Esta é analisada por meio de suas características*

determinadas biopsicologicamente (experiências vividas, habilidades, por exemplo) e aquelas construídas (demanda social, por exemplo) na sua interação com o ambiente» (Bronfenbrenner & Morris, 1998), ou seja, as características individuais «(...) são tanto produtoras como produtos do desenvolvimento, pois constituem um dos elementos que influenciam a forma, a força, o conteúdo e a direção dos processos proximais» (Poletto & Koller, 2008, p.407).

Processo – O processo tem um papel de destaque no desenvolvimento, sendo visto *«como as interações recíprocas progressivamente mais complexas do sujeito com as pessoas, objetos e símbolos presentes no seu ambiente imediato (Bronfenbrenner & Morris, 1998; Apud Poletto & Koller, 2008, p.407).*

Envolve as interações exercidas pelo sujeito em desenvolvimento com o contexto *«constituindo os processos proximais, principal motor do desenvolvimento» (Albergaria, 2012, p.5).*

Tempo (Cronossistema) – Remete para o ambiente em que os processos ocorrem, onde a pessoa se desenvolve e experimenta vivências (pessoais, sociais, acadêmicas, etc.) – *«O termo cronossistema salienta não só a influência que as alterações que acontecem no contexto ao longo do tempo vão exercer na pessoa em desenvolvimento ao longo do tempo, como também a relação dinâmica entre estes» (Tegethof, 2007, s/p).*

Contexto – O contexto é todo e qualquer evento ou fatores externos capazes de influenciar ou ser influenciados pelo sujeito, ou seja, condições externas ao sujeito que promovem mudanças.

Para perceber a influência do contexto no desenvolvimento humano é necessário ter em consideração os ambientes ecológicos, classificados por Bronfenbrenner por sistemas: -micro, -meso, -exo e macrossistema

(...), o meio ambiente definido como relevante para os processos desenvolvimentais não se limita a um ambiente único, imediato, mas inclui as interconexões entre esses ambientes, assim como as influências externas oriundas de meios mais amplos (...). O meio ambiente ecológico é concebido topologicamente como uma

organização de encaixe de estruturas concêntricas [com o mesmo centro], *cada uma contida na seguinte* (Bronfenbrenner, 2002, p.18).

Importa então referir que, segundo o autor, o desenvolvimento humano resulta da conjugação das quatro estruturas mencionadas. Estas estruturas – PPCT – permitem compreender o sujeito no seu todo, ou seja, nesta teoria é reforçado que o desenvolvimento humano resulta da interação e influência da pessoa em desenvolvimento, das suas características (biopsicossociais) e do tempo (quantidade) em que esta se encontra exposta ao processo, aos estímulos e contactos com os múltiplos ambientes / contextos. Esta perspetiva reforça a ideia de desenvolvimento humano enquanto processo (inter)dependente de múltiplos fatores, características individuais e contextos. Igualmente é realçada a necessidade de se considerar e analisar o papel e a qualidade das relações interpessoais no desenvolvimento humano.

Do exposto, depreende-se que os múltiplos contextos são, simultaneamente, conducentes e produtores de formas de desenvolvimento diferenciadas (Bronfenbrenner, 2005), evidenciando-se a ideia de complexidade do desenvolvimento, assente em redes de conexão e inter-relação que se estabelecem *inter* e *intra* ambientes (Bronfenbrenner e Morris, 1998; *Apud* Leme, Prette, Koller, & Prette, 2016, p.2).

2.2. Ambientes Ecológicos: micro-, meso-, exo- e macrossistema

O meio ambiente ecológico, também designado de estrutura ecológica ambiental, é composto por estruturas, interconectadas e encaixadas umas nas outras, havendo alusão às bonecas Russas – «*Matrioskas*» (*Vide* imagem ilustrativa *infra* – Figura N.º 1 Sistemas do MBDH) – a título elucidativo, designadas por sistemas (Bronfenbrenner, 2002).

As estruturas ou sistemas, -micro, -meso, -exo e macrossistemas, interrelacionam-se e interagem (entre eles e dentro deles), em ações permanentes e reiteradas de interconexão e interdependência, norteiam e apoiam o sujeito em crescimento, promovendo o seu desenvolvimento.

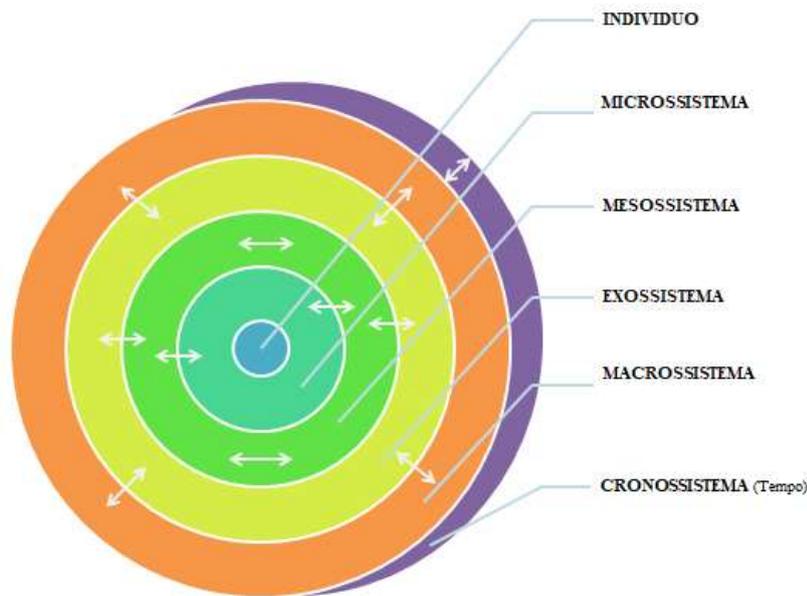


Figura N.º 1 – Sistemas do MBDH

É a estrutura mais interna do ambiente ecológico é o ***Microssistema***. Este sistema é constituído pelo sujeito e caracteriza-se pelo espaço / local / contexto no qual se move, participa e interage diretamente com as pessoas (Bronfenbrenner, 1988).

Segundo Bronfenbrenner (2002, p.18), «*Um microssistema é um padrão de actividades, papéis e relações interpessoais experienciados pela pessoa em desenvolvimento num dado ambiente com características físicas e materiais específicas*».

e.g., a família, a escola, o local de trabalho, os amigos, a comunidade, a igreja, entre outros, contextos nos quais a pessoa em desenvolvimento se relaciona diretamente com terceiros.

O ***Mesossistema*** é «*um sistema de microssistemas*»,

«(...) inclui as inter-relações entre dois ou mais ambientes nos quais a pessoa em desenvolvimento participa ativamente (tais como, para uma criança, as relações em casa, na escola e com os amigos da vizinhança; para um adulto, as relações na família, no trabalho e na vida social) (Bronfenbrenner, 2002, p.21).

Neste sistema, e com o estabelecimento de ligação a um novo contexto, criam-se novas relações com as aprendizagens, conhecimentos e experiências resultantes de contextos já conhecidos / contactados.

Por sua vez, o **Exosistema** reporta-se «(...) a um ou mais ambientes que não envolvem a pessoa em desenvolvimento como um participante ativo, mas no qual ocorrem eventos que afetam, ou são afetados, por aquilo que acontece no ambiente contendo a pessoa em desenvolvimento» (Bronfenbrenner, 2002, p.21). O ambiente exerce, pois, uma influência indireta no desenvolvimento do sujeito.

e.g., o local de trabalho dos pais, a sala de aula ou o treino desportivo do irmão, os pares do irmão ou dos pais, os meios de comunicação, a rede de apoio social, políticas públicas (educação, saúde, sociais, ...).

Macrossistema:

O Macrossistema «refere[-se] a consistências, na forma e conteúdo dos sistemas de ordem inferior (micro-, meso- e exo-) que existem, ou poderiam existir, no nível da subcultura ou da cultura como um todo, juntamente com qualquer sistema de crença ou ideologia subjacente a essas consistências» (Bronfenbrenner, 2002, p.21).

e.g., padrões e valores sociais, crenças e costumes, ideologias políticas, organizações desportivas (federação e as suas regras globais), entre outros.

Consabidamente, o ambiente Familiar constitui-se como o principal contexto de desenvolvimento da criança. Todavia, ao longo do seu crescimento e desenvolvimento, é afetada direta ou indiretamente por outros contextos, como por exemplo, culturais, sociais, académicos, desportivos, entre outros. Tais contextos, numa lógica de reciprocidade, geram influências e interações mútuas, produzem mudanças e potenciam o desenvolvimento humano.

Nos primeiros anos de vida a criança encontra-se inserida em microsistemas e com eles estabelece relações diferenciadas. Neste ambiente, a criança encontra-se no contexto no qual realiza as suas atividades diárias, constituindo o contexto no qual a pessoa em desenvolvimento (a criança) passa mais tempo, interagindo diretamente com pessoas, objetos ou características / fenómenos / situações inerentes ao contexto. Daqui advém, ainda, as

interações e relações com e entre diversos atores (*e.g.*, pais, professores, amigos); entre outros) e os principais ambientes – *e.g.*, mesossistema Família-Escola. Na construção do seu processo de identidade e percurso de vida estabelece comunicação, constrói relações de confiança, interage com diversos contextos, influencia e é influenciada na sua construção e percurso de vida, dependendo, pois, da quantidade de tempo em que está exposta a estímulos, conhecimentos, processos e contextos. No seu quotidiano observam e absorvem, capturam hábitos, apreendem ideologias culturais, sociais, religiosas, entre outras, constroem e consolidam aspetos identitários. Tais aprendizagens estendem-se ao longo da vida e influenciam os seus comportamentos e atitudes.

Nesta teoria é reconhecida a influência social nas dinâmicas familiares, resultando, conseqüentemente, interferência no desenvolvimento e na construção pessoal e social da criança.

As experiências e práticas associativas, juvenis, culturais e desportivas, de acordo com a doutrina, contribuem, igualmente, para o desenvolvimento da criança, a curto, médio e longo prazo, e para a sua construção social, constituindo-se como atividades impulsionadoras e cruciais para o seu desempenho formativo, cívico, familiar e profissional atual e futuro – interações que promovem mudanças.

Os modelos parentais irão influenciar, igualmente, o desenvolvimento da criança, pelo que, sempre que se verifica a valoração do desporto, a sua importância e os contributos para a saúde, bem-estar e socialização, pelos pais, constata-se que também a criança atribui significados positivos à prática desportiva. Também a relação com os pares e as múltiplas interações com ambientes (diversificados e com características próprias), como por exemplo nas aulas de educação física ou na prática desportiva no seio da comunidade (na rua), poderão exercer influência nas escolhas desportivas e na adoção de padrões culturais, desportivos e sociais.

O caso concreto do desporto, a prática regular (amadora ou profissional), resultante de processos educativos formais e informais e de ambientes distintos, é fundamental para o desenvolvimento integral da criança e para a aquisição de novas estruturas sociais. Ao praticar uma modalidade desportiva e integrar um clube ou uma equipa, a criança (atleta) amplia as suas relações e transporta as suas experiências, vivências e conhecimentos para outros contextos, como por exemplo, para o seio familiar, ambiente escolar e para a comunidade onde está inserida.

Fruto da conexão da criança e de diferentes ambientes, constata-se a existência de mudanças / transformações resultantes desta interação (Pessoa e contexto em mudança – os contextos influenciam e interferem na construção do percurso de vida da criança e de todos aqueles com quem interage).

Em conformidade com o exposto, suportada na teoria do MBDH, pretende-se analisar a importância da prática desportiva, nomeadamente o contributo da modalidade de Rugby para a construção de padrões e percursos de vida inclusivos. A implementação de medidas e políticas públicas sociais, concretizadas por via de programas de intervenção social e projetos de inclusão através do desporto, pretendem combater situações de desigualdades e vulnerabilidades, e contribuir para a construção do sujeito. Como tal, a prática regular e a possibilidade de interagir com diferentes atores sociais e contextos desportivos, potenciam mudanças e transformação social, alicerçado em conceitos de equidade, valor e justiça social.

2.2.1. Ambiente Ecológico adaptado ao estudo empírico

A conjugação das fontes de informação recolhidas, em consonância com a teoria metodológica que norteia o estudo empírico em apreço – MBDH de Bronfenbrenner –, permitiu construir o Ambiente Ecológico de Desenvolvimento do Indivíduo – o atleta do Projeto «Rugby no Bairro».

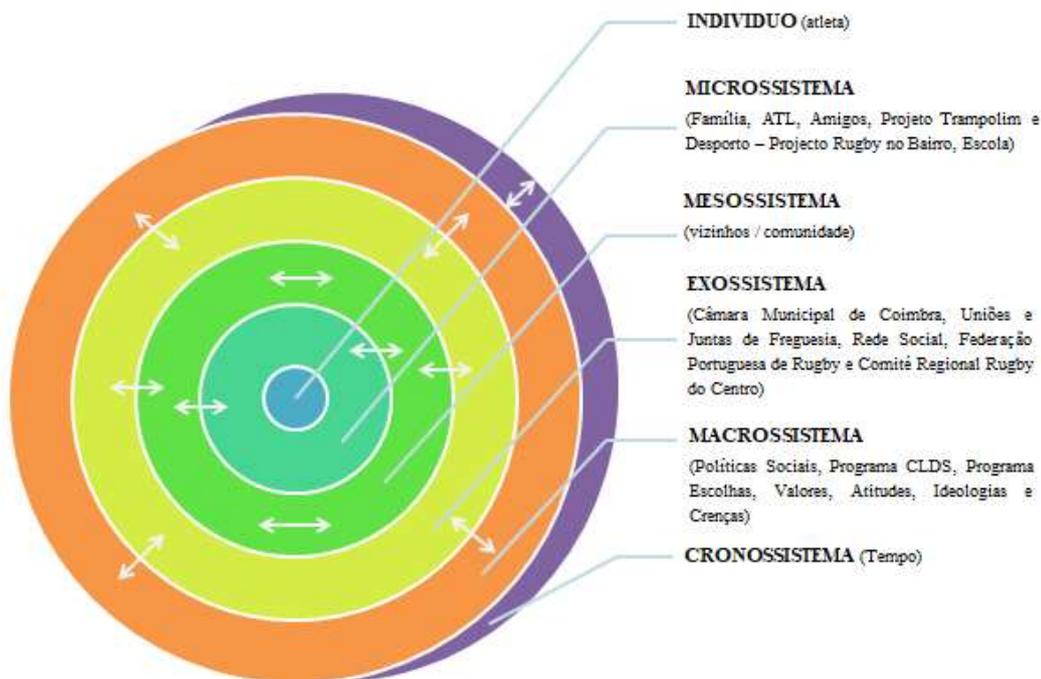


Figura 2 – Modelo Bioecológico de Bronfenbrenner (adaptado de Santrock, 2007)

2.3. Desenvolvimento da criança: a influência da Educação Informal (desporto) no desenvolvimento de habilidades pessoais e sociais

O ser humano instrui-se, apreende (conhecimento, aprendizagens e saberes) e desenvolve-se nas suas relações sociais complexas, por força das permanentes interações (de diferentes níveis e intensidades) com diversos contextos, sistemas e atores, como por exemplo, no seio familiar, na comunidade, na escola, com os pares ou no exercício de atividades (profissionais, formativas, lúdicas, culturais, desportivas, religiosas, associativas, entre outras). As interações / conexões *supra* permitem a construção de trajetórias e percursos de vida, mudanças e transformações sociais individuais, coletivas e/ou comunitárias.

Constata-se, daqui, que os processos de educação (e as aprendizagens que lhe inerem) decorrem ao longo da vida, constituindo-se como a chave para o desenvolvimento das sociedades. De forma sucinta, segundo Paulo Freire (2000), o conceito de «*Educação ao Longo da Vida*» refere-se a um processo de ensino e aprendizagem que se estende ao longo de toda a vida, do nascimento até à morte, e decorre de e em diversos contextos, quer sejam formais, informais ou não formais. Está implícita a ideia de sujeito enquanto ser inacabado e incompleto, em permanente construção e aprendizagem (aquisição de conhecimentos e competências).

Em conformidade com o expandido, é de realçar que o desenvolvimento do ser humano engloba, então, aspetos formais, informais e não formais, em constante conexão e interação (numa lógica de reciprocidade). Assim, importa, desde já, compreender e distinguir os três tipos de educação: Educação Formal, Educação Informal e Educação Não Formal. Segundo, Maria da Glória Gohn (2006, p. 28),

a educação formal [é] aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a [educação] informal [acontece quando] os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização - na família, bairro, clube, amigos, etc., carregada de valores e cultura própria, de pertencimento e sentimentos herdados; e a educação não formal, a que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas

ou seja, a *Educação Formal* possui um caráter institucional, prevê conteúdos programáticos e decorre em espaços próprios (e.g., Escolas, Universidades, etc.); a *Educação Informal* «pode ocorrer em vários espaços, envolve valores e a cultura própria de cada lugar»; (Cascais, 2014, p.3); por sua vez, *Educação Não Formal* é fruto de troca de experiências e partilhas entre sujeitos e as particularidades dos diferentes contextos, acontece fora do contexto escolar.

Em boa verdade, as aprendizagens *supra*, complementam-se, entrecruzam-se e relacionam-se, promovendo, simultaneamente, aprendizagens mais eficazes e eficientes e o desenvolvimento de inúmeras competências, conhecimentos e valores, fundamentais para a participação ativa na vida em sociedade e para a construção de percursos de vida inclusivos.

Enquanto veículo de educação informal, o desporto é, muitas vezes, referido, apenas, pelo seu aspeto recreativo e de lazer. Todavia, é importante realçar o grande potencial pessoal e social: ao nível da socialização e «*aproximação das pessoas, das culturas e das nações*»; de combate à exclusão social e linguagem envolta em preconceitos étnicos e estereótipos; de valorização cultural (Marivoet, 2016, p.195); do desenvolvimento e enriquecimento pessoal e social; da aquisição de postura e conduta socialmente aceite e valores que lhe inerem; de desenvolvimento de competências pessoais, sociais e académicas; de aquisição de regras e valores; de promoção de hábitos de vida saudáveis e educação para a saúde; de mobilização de habilidades e de práticas; entre outros. Em campo existe a equipa (“Somos um só” – ideia de unidade), na qual todos os elementos são iguais e têm iguais oportunidades (de acesso e sucesso), independentemente, da origem cultural ou social, sexo, orientação sexual, religião, condição social, idade, estrato social, etc..

Face ao exposto, considera-se, pois, que a prática de uma modalidade desportiva regular, individual ou coletiva, possibilita a existência de uma permanente construção pessoal, social, cultural e desportiva que, conseqüentemente, se interrelaciona com diversos contextos e sistemas (e.g., Escola, Família, Bairro, Clube, etc.), formais ou não formais, o que potencia a construção de percursos de vida alicerçados na equidade e numa sociedade justa e inclusiva, plena de direitos e deveres (uma Sociedade aberta a todos). Assim sendo, e tomando-se em consideração o conhecimento científico e evidências empíricas, é passível de se concluir que o desporto (amador ou profissional) é, sem dúvida, um veículo potenciador de enriquecimento e potencial humano.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS: REDEFINIÇÃO DAS RESPONSABILIDADES SOCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

O Estado Português, ciente da *summa* importância da política de Coesão Social Europeia, acolheu e implementou a Estratégia Europeia 2020, vocacionada ao já antes e sempre ambicionado desenvolvimento territorial. A repercussão natural desta dinamização materializou-se no robustecimento da parceria entre o Poder Local e a Sociedade Civil, e no reconhecimento do papel crucial das OES. Com efeito, «(...) *consciente da importância* [do sector social e solidário] *para a inclusão social* [o Estado procurou] *promover a mudança, assumindo a transição de uma relação de Estado-tutela para Estado-parceiro*» (Cf. doc. Portugal 2020 – Acordo de parceria 2014-2020; 2014, p.44). Num tal sentido, o Estado de Providência, produto da execução de algumas políticas públicas horizontais, consensualizadas entre a Administração Pública e várias entidades da Sociedade Civil, tem transferido, crescentemente, para estas, uma parcela significativa das atribuições e responsabilidades sociais, numa lógica de desconcentração e de descentralização dos poderes, assim desencadeado a prossecução dessas tarefas atividade pelos cidadãos e suas associações privadas. Não deixa, todavia, a par disso, de regular, orientar e incentivar tal desígnio (Oliveira & Dias, 2019). Por conseguinte, o Estado tem-se, nesta modalidade, como um Estado-parceiro, que, ainda assim e sempre, persegue os interesses públicos da proteção social e *welfare* aos cidadãos.

Essa transferência de poderes, concretizada através de ações integradas de desenvolvimento local, conta, conforme se referiu, com a já vasta e meritória experiência das OES, que detêm um conhecimento profundo do território e da realidade social (regular e de proximidade), pois que estão, por princípio e na prática, junto da população mais vulnerável. Tem-se por certa, nessa exata medida, a solução adequada ao contexto e às necessidades (mais básicas) da população; uma solução mais eficaz e eficiente, dirigida aos direitos sociais, à proteção social, à segurança e ao bem-estar. Segundo Teixeira (2009, p. 27) «*no âmbito do princípio da descentralização da acção do Estado, encontramos no poder autárquico um parceiro privilegiado na definição de políticas públicas centrais e locais*», quer em questões sociais ou projetos que fomentam a prática desportiva acessível a todos, independentemente, das suas características individuais, crenças, etnia, condições socioeconómicas, entre outras.

Portanto, no território nacional, sob a égide das Políticas Sociais Europeias de Desenvolvimento Local – Modelo de Governança territorial de base local – tem vindo a estruturar-se um trabalho de proximidade, que, em conformidade o supracitado, envolve o Estado e a Sociedade Civil. Perante as constantes mudanças e desafios / problemas sociais, resultantes, sobretudo, da instabilidade económica e social que se fez sentir desde 2007/2008 – Crise Global Financeira – e mais recentemente com a crise sanitária – Pandemia Covid-19 – , torna-se, pois, necessário reajustar as intervenções às novas realidades para as quais intervêm diversos atores, com o enfoque na satisfação das necessidades, e definir políticas públicas e medidas de combate aos problemas *supra*, pelo que, tais preocupações se tornaram centrais nas agendas políticas europeias. Para colmatar e ultrapassar tão nefasto cenário, a partir do ano de 2007

foram implementadas diversas medidas de Governança – projectos-piloto (e.g., Redes Locais de Intervenção Social – RLIS –, os Contractos Locais de Desenvolvimento Social – CLDS –, Orçamento Participativo – Geral ou Jovem – promovidos pelos Municípios, entre outros), de intervenção regional e local, com especial enfoque na capacitação das populações, no apoio contínuo e de proximidade das famílias, na auto-organização das comunidades, na promoção da inclusão, no desenvolvimento / mudança social e promoção do bem-estar da população sénior (envelhecimento activo, combate ao isolamento e exclusão social) (Henriques & Almeida, 2019, p. 39).

Surge, então, a adoção e implementação de medidas sociais e projetos-piloto assentes no conceito de Governança, cuja intervenção assenta no trabalho em rede e de proximidade com a população, pelo que, emergem projetos, como por exemplo, os Programas CLDS (Almeida & Almeida, 2018). Estes, instituídos pela Portaria n.º 396/2007, de 2 de Abril, como estratégia de combate ao desemprego, pobreza infantil e exclusão social – instrumento de política social – assentam no trabalho de proximidade e numa lógica de articulação e complementaridade com as respostas sociais já existentes e visam capacitar as populações (formação qualificada e especializada), promover e apoiar a auto-organização das comunidades, combater ciclos de pobreza, exclusão e isolamento social, promover o desenvolvimento local / mudança social e o bem-estar. Constituem, pois, programas de intervenção cujo enfoque se centra em todas as vertentes da vida das pessoas e da dinâmica da comunidade.

No ano de 2015, as diretrizes do Conselho da Europa apontam no sentido de serem implementadas *«políticas públicas sustentáveis e evidenciadas que tenham em consideração as situações e necessidades específicas de jovens de bairros desfavorecidos. Estas políticas devem visar a prevenção e erradicação da pobreza, discriminação, violência e exclusão»* (Conselho da Europa, 2015, p. 9). Tais preocupações são manifestadas, igualmente, na Agenda para o Desenvolvimento Sustentável 2030, salientando-se a necessidade de se promoverem *«sociedades inclusivas onde todo o indivíduo possa viver em pleno a sua cidadania»*, e, no caso Português em concreto, serem delineadas estratégias que possibilitem *«um maior conhecimento sobre as formas de exclusão social existentes e os processos que podem contribuir, em alternativa, para uma maior inclusão social e para o exercício de diferentes formas de cidadania»* (Plano Nacional de Ciência e Tecnologia, 2017, s/p.).

Perante tais preocupações e delineadas estratégias sociais são implementados os Programas CLDS (instrumentos de política social de proximidade) em diversos concelhos, definidos como territórios de intervenção prioritária no combate à pobreza infantil e exclusão social.

Assim, na implementação dos sobreditos programas, o Terceiro Setor, em função dos emergentes problemas sociais, passa a ter um papel de destaque, pelo que, é mencionado nas agendas políticas e nos discursos técnicos e académicos (Quintão, 2004) como ator preponderante na resolução e alcance de soluções para os problemas sociais.

3.1. O Programa CLDS como Instrumento de Política Social de Proximidade

Os Programas CLDS foram instaurados pela *«Portaria n.º 396/2007, de 2 de Abril, como estratégia de combate ao desemprego, pobreza e exclusão social»*, como resposta social necessária aos problemas e aos desafios sociais despoletados pelas crises económicas, financeiras e políticas que, à data, se repercutiam de forma nefasta e avassaladora nas economias internacionais e, sobretudo, no setor social, reforçando e gerando novas formas de pobreza e exclusão social. O programa *supra*, instituído e integrado na prática social enquanto instrumento de política social de proximidade – medida social municipal – (para testar soluções para complexidade dos problemas sociais), alicerça-se em intervenções de proximidade e em rede / parceria com as OES Locais, serviços públicos e poder local, numa lógica de intervenção colaborativa e de estreita comunicação.

Constata-se, daí, a necessidade de redefinição das responsabilidades sociais e da descentralização de políticas, programas e projetos sociais em prol do desenvolvimento local e consequente transformação social enquanto realidade que contribui para o desenvolvimento e valorização social territorial e das suas comunidades, sobretudo, dos territórios mais ruralizados que não dispõem de serviços (públicos, privados e sociais) de proximidade e/ou carenciados, marginalizados e estigmatizados, pelo que, fruto o potencial transformador que lhe fora reconhecido, em 2013, promove-se a continuidade do programa, agora na geração mais – CLDS + (Cf. Portaria n.º 135-C/2013, de 28 de Março).

Mais tarde, no âmbito da Estratégia Europa 2020, o Estado Português criou o Programa Operacional de Inclusão Social e Emprego (POISE) «*com o foco no combate ao desemprego, pobreza e exclusão social, promoção da competitividade e crescimento económico e social*» (Henriques & Almeida, 2019, p.40)., pelo que, em 2015, suportado nas evidências das gerações anteriores e no grande potencial de transformação / mudança social, protelou-se a continuidade aos programas CLDS, numa geração melhorada, 3.ª geração, cobrindo grande parte do território nacional, com o propósito de «*promover a inclusão social dos cidadãos, de forma multisectorial e integrada, através de ações a executar em parceria, para combater a pobreza persistente e a exclusão social*» (Cf. Portaria n.º179-B/2015, de 17 de Junho) e potenciar o desenvolvimento local e comunitário. Reconhecido o potencial dos programas em análise, são reconduzidos, patente nas várias gerações de execução, pelo que, é passível de se concluir que os Programas CLDS, cujo financiamento provém do fundo de solidariedade da União Europeia e orçamento do Estado, constituem

poderosas ferramentas de resposta social, complementares ao trabalho realizado pelo Estado, Poder Local (Municípios e Freguesias), Sociedade de Providência Formal e Informal, com o foco na promoção do bem-estar e mudança social na vida das populações mais vulneráveis. O trabalho em parceria e de proximidade possibilita o conhecimento profundo da comunidade e do território, permitindo delinear programas de intervenção ajustados às necessidades e expectativas dos beneficiários (Henriques & Almeida, 2019, p.40).

Os desafios lançado ao Estado Democrático e a complexidade dos problemas sociais emergentes, requerem a definição de políticas públicas ajustadas e, para a sua execução, o

socorre-se das OES, sobretudo das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) para implementar e coordenar programas de intervenção social, pelo que,

(...) articula, financia e delega na Economia Social funções da sua competência, designadamente de execução de políticas sociais e prestação de bem-estar e proteção social aos grupos mais vulneráveis. Para fazer face aos constantes desafios torna-se fundamental recorrer a novas formas de Governação» (Henriques & Almeida, 2019, p.40).

Face ao exposto, e tal como é salientado por Matos (2013), é passível de se afirmar que nos encontramos perante uma nova forma de governação efetivada pelo Modelo de Governança (gestão e descentralização de competências), no qual é clarividente a redefinição / reformulação do papel do Estado no quadro das suas relações (Henriques & Almeida, 2019).

3.2. Transferência de Responsabilidades Sociais: Crescentes desafios ao Terceiro Sector

É, sobretudo, em períodos de maior retração do Estado de Providência e de escassez de recursos (técnicos e financeiros) que o Terceiro Setor se destaca ao nível da intervenção social (dimensão do setor), nomeadamente, através da rápida atuação ao nível da satisfação das necessidades humanas mais básicas da população e da comunidade, particularmente daqueles que se encontram em situação de grave precariedade e vulnerabilidade (Santos, 1996). O Estado de Providência, por força da inexistência de recursos e mecanismos, delega algumas das suas responsabilidades sociais e contratualiza com o Terceiro Setor (ou setor da Economia Social), sobretudo, na Sociedade Civil organizada, nas IPSS, às quais passam a ser exigidas respostas céleres e estratégias de atuação, uma atitude renovada e criativa, com recurso a ferramentas sociais arrojadas e inovadoras. Segundo Defourny (2009, p.158), estas *«(...) organizações [pautam-se] de acordo com um conjunto de princípios comuns, dos quais se destaca a finalidade da prestação do serviço, uma gestão autónoma e democrática, e a primazia do social sobre o capital»*, servindo o interesse geral dos cidadãos, explicando a sua importância na sociedade.

Perante as emergentes problemáticas sociais, as OES, cientes das importantes funções sociais (transferência de responsabilidades sociais) que lhe foram adstritas pelo Estado,

redefinem os seus papéis e reestruturam práticas de atuação, ajustando-a, pois, à nova realidade social, necessidades e exigências dos cidadãos e dos territórios mais vulneráveis –

a complexidade da resposta [...] é ampliada pelo actual contexto de agravamento de necessidades sociais antigas e surgimento de novas, a par com a tendência de redução dos apoios públicos, tanto os prestados directamente às famílias como as transferências públicas para as instituições sociais (Sousa et al, 2012, p.16).

Em boa verdade, «o que antes era uma tarefa dos governos passou a ser visto como uma obrigação de todos» (Cardoso, 2004, s/p) e uma responsabilidade das OES. Constata-se, daí, o relevante papel das OES enquanto atores económicos e sociais, promotores de valor e coesão social – «as IPSS revelam uma extrema importância, pois preenchem as lacunas do Estado no que se refere às respostas sociais à população, constituindo-se assim, como um ponto crucial no equilíbrio social» (Soares, Fialho, Gagueiro, & Pesatana, 2012, Apud Silva et. al., 2014, p.15).

Em conformidade, afirma-se que o Terceiro Setor (setor não lucrativo) assume um importante papel na economia e na resolução de problemas sociais, intervindo de inúmeras formas, numa relação de interdependência com o Estado, contribuindo «(...) para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, privilegiando a dimensão humana e a coesão social» e estimula «o aparecimento de mais soluções inovadoras que permitam dar resposta aos problemas sociais prementes (...)» (Cf. doc. Portugal 2020 – Acordo de 2014-2020; 2014, p.45).

3.2.1. A Sustentabilidade do Terceiro Setor e dos projetos sociais

Na atribuição de competências por parte do Estado ao Terceiro Setor, as OES confrontam-se com novos desafios assentes, sobretudo, ao nível da sustentabilidade (organizacional e financeira), nomeadamente, dos novos projetos-piloto e programas financiados que irão executar, na medida em que, após término do financiamento europeu e/ou nacional, não dispõem de verba para dar continuidade aos mesmos.

Assim, um dos grandes desafios colocados às OES que executam e implementam políticas públicas ou programas financiados pela União Europeia prende-se, então, com a viabilidade e a *sustentabilidade* financeira. O financiamento da generalidade das entidades

(coordenadoras e/ou executoras), na sua maioria OES provém, segundo Franco (2010) de 1) financiamento público; 2) quotas, serviços e produtos; e, 3) mecenato e doações. Este financiamento, maioritariamente (se não mesmo integralmente), de proveniência Estatal (subvenções), insuficiente para as crescentes solicitações, coloca desafios às OES que se veem obrigadas a reinventar-se e a reestruturar as suas formas de atuação e a procurar novas formas de financiamento para, assim, conseguirem prosseguir com os programas e políticas públicas, mantendo a sua missão social no horizonte.

Na generalidade, perante cenários de fragilidade que surgem inesperadamente e conhecidas necessidades da população, é necessário priorizar as intervenções e combater os ciclos de pobreza e desigualdades, sendo que, a continuidade de programas / projetos da natureza em análise, embora conotados como importantes e complementares à rede social, e reconhecidos como resposta social necessária, são colocados para segundo plano, por falta de recursos (humanos e financeiros). Muitos destes programas de intervenção social, por falta de recursos dos serviços públicos e da rede social, constituem a única resposta para muitos agregados familiares. Todavia, sem fonte de financiamento externo – por meio do Estado e da União Europeia –, terminam, deixando muitas crianças, famílias e a comunidades sem qualquer resposta social, entregues à sua sorte.

Desta forma, tal como mencionado anteriormente, torna-se premente e urgente proceder à reconfiguração da atuação das OES, para que, uma vez terminado o financiamento, estas sejam capazes prosseguir, simultaneamente, com a execução de tais programas e veicular o interesse público que o Estado lhes delega. As OES deverão, pois, almejar a sustentação (financeira, organizacional e institucional), evitando, desta forma, uma dependência financeira do Estado – subvenções do Estado –, pelo que, é fundamental proceder a uma gestão seguindo «(...) *alguns critérios económicos, tornando-se mais competitivas ao nível da eficiência [recursos: financeiros, humanos e materiais] e da eficácia [prossecução da missão e objeto social]*», (Silva et. al., 2014, p.14). Para dar continuidade à sua missão social, torna-se fundamental que diligenciem novas formas de captação de recursos, que apostem em novos canais de comunicação³ e *marketing* social⁴, identifiquem

³ O recurso a meios e canais de comunicação, como por exemplo as redes sociais, *newsletter*, etc., não envolvem custos para as OES e constituem uma excelente via de difusão da organização e do seu trabalho. As campanhas anuais, eventos e atividades pontuais ganham outra dimensão e alcançam um maior número de destinatários quando veiculados nos meios de comunicação *supra* conciliando-as com outras estratégias de *marketing*, como *e.g.*, *blogs*, canais de vídeo, rádio e televisão, promoções, *links* de patrocinadores associados com descontos aliciantes (produtos ou serviços); entre outros.

novas fontes de financiamento e receitas (*e.g.*, mecenato; produção de bens e produtos; prestação de serviços diferenciadores e de grande qualidade; estabelecimento de parcerias estratégicas; realização de campanhas solidárias; organização de eventos anuais e atividades pontuais; Plataformas de *Crowdfunding* [financiamento colaborativo] ou angariação de bens nas redes sociais; entre outras), capazes de criar valor nas organizações e proporcionar a sua estabilidade organizacional e financeira – «*A criação de uma nova metodologia/estrutura, que permita perspectivar a área social de uma forma adaptada ao mercado, facilita a sustentabilidade do projecto e aplicabilidade do mesmo, noutras contextos, instituições e projectos da área social*» (Almeida & IDIM, 2006, p.16). É, igualmente, importante redefinir processos e procedimentos que acompanhem as constantes mudanças e exigências sociais, efetivando-se através da atualização e qualificação de estratégias e formas de atuação / práticas, assim como, monitorizar as intervenções, avaliar as estratégias e redefini-las se necessário, aperfeiçoar mecanismos de gestão e implementar sistemas de democratização nos processos decisórios. Pretende-se, pois, que as OES e os seus programas ou projetos tenham a capacidade de gerar recursos próprios, resilientes e sustentáveis, bem como, criar capacidade de investimento e adotar ferramentas capazes para prosseguir a missão a que se propuseram⁵. Desta forma, à medida que ganham dimensão (escala), consistência e credibilidade, é-lhes permitido continuar a servir a comunidade e os grupos mais vulneráveis, constituindo-se, daí, um ator social, parceiro do Estado, no combate aos problemas sociais.

Em suma, para fazer face aos tempos de crise e consequências que lhe inerem, as OES necessitam descobrir novas oportunidades para a mudança. Confrontadas com a preocupante realidade social, também elas se reveem nas dificuldades dos cidadãos, concretamente devido à dificuldade em angariar recursos económicos necessários para prestar proteção social, bem-estar e satisfação das necessidades básicas dos agregados familiares mais vulneráveis, pelo que, desta conjuntura resultam, muitas vezes, ideias e soluções inovadoras, capazes de potenciar o *scalling* da organização, através da execução de novas estratégias e

⁴ O *Marketing* é uma ferramenta do setor lucrativo, tornando-se necessário ajustá-lo ao objeto e missão social das OES. Estas distinguem-se e distanciam-se do setor lucrativo devido ao seu fim – «*visam o bem-estar das populações e não a maximização do lucro, regem-se por princípios de equidade, igualdade e justiça (...)*» (Carvalho, 2014, p.225); o *Marketing* social propõe formas diferenciadas para (re)pensar os problemas, as dinâmicas das OES e os projetos sociais que executam.

⁵ Informação retirada do trabalho individual realizado na unidade curricular de Contextos e Práticas de Empreendedorismo Social, ano letivo 2019/2020.

disponibilização de serviços e produtos potenciadores de autossustentabilidade da OES e dos programas que executam.

4. O DESPORTO: UMA FERRAMENTA DE INTERVENÇÃO SOCIAL FACILITADORA DE DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO PESSOAL E SOCIAL

A história, sobretudo na Europa, revela, comprovadamente, o peculiar contributo do desporto na transformação da sociedade, fazendo face aos constantes desafios e problemas sociais (Teixeira, 2009).

Com efeito, recorre-se à prática desportiva, apreendida pelas crianças como lazer, para delinear projetos de intervenção social que propendem à Inclusão Social e o desenvolvimento de aptidões que possibilitem lidar com a complexidade da sociedade.

Segundo Marivoet (2016, p.196), «*o desporto tornou-se um dos direitos do cidadão, no caso português, desde 1976 consagrado no Art.º 79 da Constituição [da República Portuguesa]*» e, mais tarde, no Livro Branco sobre o Desporto (2007) é realçado o seu papel social. A aprendizagem e a confraternização pelo desporto promovem um sentimento de pertença, estreitam laços e geram valores, regras e limites, que se dirigem ao desenvolvimento de capacidades e à aquisição de competências adequadas aos novos e inclusivos percursos de vida, ou seja, contribuem para a preparação para a vida futura (Gonçalves, 2007). Assim, defende-se que a prática regular de modalidade desportiva contribui vivamente «*(...) para o desenvolvimento harmonioso e equilibrado das crianças e dos jovens (...)*» (Fonseca, Dias & Corte-Real, 2010, s/p).

Ademais, o desporto, enquanto prática educativa, apesar de esta não constituir a sua finalidade primordial, assume um relevante papel na dinâmica social e nos diferentes contextos formais e informais. Segundo Levy (1952), o desporto para além da componente educativa que lhe inere, contribui para «*a socialização, a integração e para o reforço da estrutura social*» (Cabrita, 2011, p.11). Como tal, em conformidade com o exposto, é passível de se afirmar que a prática de desporto, contribui, simultaneamente, com benefícios de saúde física e psicológica, sucesso desportivo, aquisição de competências e na construção do indivíduo enquanto ser social.

Atribui-se ao desporto o importante papel de promoção da inclusão social de grupos vulneráveis (fomenta o sentimento de pertença a um grupo e a participação ativa nas mais variadas esferas) e de mudança / transformação social (individual e coletiva e em diversos contextos). Assim, segundo Marivoet (2016), é possível identificar boas práticas de inclusão no desporto através da

promoção da prática desportiva generalizada, e a presença de pessoas tendencialmente excluídas na sociedade no exercício das actividades e técnicas, i.e., que não seja exercida discriminação no acesso à prática, cargos ou funções profissionais no desporto, por motivos raciais, étnicos, religiosos, deficiência, género, orientação sexual, classe social ou outros (p.198).

4.1. Valores do Desporto: Desafios em Territórios Vulneráveis

As cidades são, em geral, consideradas como sendo particularmente facilitadoras da geração de processos conducentes à pobreza e à exclusão social. Nas áreas urbanas em 'crise, conjugam-se contextos territoriais desfavoráveis (bairros degradados, áreas periurbanas sem qualidade urbana, etc.) com segregação social espacial (habitação social, operações de realojamento, bairros degradados, etc.) e com frequente estigmatização por razões de ordem social ou étnica. Estas áreas geram um elevado risco de pobreza ou exclusão independentemente da coincidência cumulativa de acontecimentos negativos na trajectória de vida dos indivíduos (...) (Henriques, 2010, p.13).

Perante fenómenos de pobreza e da exclusão social e as suas variadas manifestações, enfatizados pelas profundas crises económicas, políticas e sociais que assolam, ciclicamente, o mundo, são exigidas diligências urgentes para os combater. Os cidadãos residentes em territórios que concentram problemas atuais, resultantes de fatores estruturais de desenvolvimento, afastados e/ou excluídos dos circuitos de consumo e produção, deparam-se com a degradação das condições de vida e veem os seus direitos e deveres fundamentais (Cf. CRP vigente, Art.º 12.º ao 79.º).

De acordo com o documento produzido pelo Conselho da Europa – Estratégia do Conselho da Europa sobre os Direitos da Criança (2016-2021) – as crianças que residem em territórios vulneráveis, marginalizados e discriminados, embrenhadas em ciclos de pobreza, «*sentem-se alegadamente mais excluídas e estigmatizadas*» e «*têm menos probabilidade [do que os pares] em conseguir bons resultados na escola, gozar de boa saúde e de realizar todo o seu potencial mais tarde na vida*» (p.9). É, ainda, referido no documento *supra* de que «*com os ciclos de pobreza a perdurar ao longo de gerações, a Europa arrisca-se a produzir uma “geração perdida” de jovens desiludidos, com consequências potencialmente graves para a coesão das sociedades e da estabilidade económica*» (p.9).

Face às poucas respostas sociais adequadas para os problemas referidos, sobretudo em territórios vulneráveis com características muito próprias – *e.g.*, Bairros Sociais e/ou Municipais – urge a necessidade de estruturar novas abordagens e intervenções complexas ajustadas às características dos territórios, criar condições que potenciam o repensar de valores, e focalizar recursos, com vista à efetiva correção de assimetrias (Henriques, 2010). Pretende-se, pois, implementar soluções (criativas, inovadoras e sustentáveis) promotoras de construção de sociedades inclusivas, mais justas, mais participadas, mais democráticas e mais equitativas, fulcrais no combate de fenómenos de pobreza relativa e exclusão social e, simultaneamente, capazes de potenciar a construção de percursos de vida consistentes e com aspirações de futuros condignos e participação ativa e cívica. Os preconceitos e estereótipos associados aos territórios vulneráveis geram fenómenos de exclusão social, exclusivamente devido à base geográfica (localização) e à diversidade cultural nele existente, convergindo no afastamento social e em situações de segregação.

Recorre-se, daí, ao desporto e aos valores e regras que lhe inerem, enquanto ferramenta de intervenção social promotora de inclusão social, devido: ao comprovado potencial de transformação na reconfiguração de percursos de vida (pessoais, sociais, académicos, laborais, etc.) dos cidadãos; às características intrínsecas que concorrem para o desenvolvimento humano e comunitário; assim como, à capacidade de aproximação social e de mobilização da sociedade.

Segundo Marivoet (2018, p. 195) o desporto reúne uma série de potencialidades, «*constitui uma manifestação cultural (...) [que possibilita a] aproximação das pessoas, das culturas e das nações, quer através da dinamização de sociabilidades, quer no veicular de sentidos identitários, de pertença, de fazer parte, isto é, de inclusão*». Pauta-se por uma

filosofia de *fair play*, uma forma de estar na vida. Mais do que respeitar as regras, esta filosofia encontra-se associada a princípios éticos, condutas de honestidade e respeito, não discriminação e inclusão (valores morais e sociais).

Considera-se, pois, que o desporto, enquanto instrumento lúdico-pedagógico, social e comunicacional, promove a tolerância; reforça a comunicação, as relações sociais e a cooperação; promove o respeito pela diversidade cultural e a equidade social (Thomas, 1996; *Apud* Cabrita, 2011); contribui para um melhor desempenho académico, pessoal e social; contribui para a não discriminação; e, potencia a coesão social – «*A interacção social em diversificados contextos sociais contribui para o desenvolvimento da estrutura do indivíduo enquanto ser social*» (Cabrita, 2011, p. 10). Constata-se, daí, que situações de pobreza relativa e exclusão social poderão ser combatidas por via da prática regular de desporto, constituindo-se este, claro está, como uma ferramenta de proteção, de cuidado e de inclusão das crianças, em especial das crianças em situação de maior fragilidade, carência social ou em risco, atribuindo-se-lhe um importante papel na construção social das mesmas. Depreende-se, daí, que tal como defendido por Elias & Dunning (1986) e, mais tarde, reiterado por Marivoet (2010; 2018), o desporto se constitui como uma alavanca que potencia a inclusão social, a integração e a igualdade de oportunidades, promove virtudes, valores e competências conducentes ao *fair play* (Malho, 2018), bem como, o «*(...) desenvolvimento e realização pessoais. Promove a contribuição activa dos cidadãos comunitários para a sociedade e, conseqüentemente, a cidadania activa*» (Cf. Livro Branco sobre o Desporto, 2007, p.6).

4.2. O Papel Inclusivo e Social do Rugby

No que concerne à modalidade de Rugby, após pesquisa documental, constata-se que a prática desportiva de Rugby surge pela primeira vez no século XIX – 1830 – na cidade de Rugby, em Inglaterra (Marivoet, 2006). Desde 1850, uma modalidade praticada exclusivamente por homens, de classes sociais elevadas, que enaltecia a virilidade masculina – questão de afirmação e de identidade masculina: hegemonia masculina (Dunning, 1992; Cabrita, 2011).

Só mais tarde, no ano de 1863, se constituiu enquanto modalidade desportiva, que se difundiu por todo o mundo tornando-se uma modalidade popular.

Em Portugal, embora a primeira experiência (jogo) seja apontado no ano de 1907, só mais tarde, no ano de 1922, se implanta definitivamente em território nacional, com a realização do primeiro campeonato em 1926 (Cabrita, 2011). Tipificada como modalidade masculina, ainda hoje é praticada, na sua maioria, por atletas do sexo masculino. Todavia, constata-se uma mudança de mentalidades, refletindo-se, pois, na representação de atletas femininos nos vários escalões / clubes nacionais e internacionais. Em Portugal, os escalões entre os Sub8 e Sub14 são constituídos por equipas mistas. Por força da ainda reduzida participação feminina, sem número suficiente para constituição de equipas Sub16, as jovens atletas iniciam-se (treinos e competições) nos escalões mais elevados e frequentam a seleção nacional de Sub18. O Rugby Feminino em Portugal é já uma realidade e, à semelhança de outros países, tem vindo a expandir-se gradualmente (Federação Portuguesa de Rugby). Segundo a Federação Portuguesa de Rugby, na época desportiva 2018/2019, no circuito de Sevens Feminino, estiveram em competição 15 equipas (Federação Portuguesa de Rugby).

A Modalidade de Rugby começa a ser praticada por atletas de todas as idades, género, cultura, religião, estatuto ou condição socioeconómica.

Todavia, para muitas crianças, sobretudo oriundas de territórios vulneráveis e, carenciados, é uma modalidade que, por motivos financeiros – escassos recursos do seu agregado familiar –, se torna inacessível, o que constitui o principal impedimento para a prática da modalidade. Do problema identificado emergem algumas respostas sociais (nacionais, regionais ou locais), por iniciativa de clubes, IPSS ou programas de intervenção social, entre outros, com o propósito de possibilitar o acesso à modalidade e a sua prática regular. Possibilita-se a participação regular (treinos) e o acompanhamento técnico, a socialização, a igualdade de acesso e sucesso, e a não discriminação, promovendo-se, desta forma, o combate à exclusão social e pobreza relativa. A modalidade funciona como uma rampa de lançamento para a mudança e transformação social.

O Rugby enquanto modalidade coletiva, para além dos conhecimentos técnicos e regras de jogo, assume um primordial papel na transmissão de virtudes; valores éticos, de companheirismo e amizade; partilha; lealdade; e responsabilidade coletiva; complementada pelos valores intrínsecos e norteadores da modalidade: paixão (pelo desporto sem intenção de lucrar algo em troca), respeito (pelo jogo e pelas regras / leis inerentes, por si, pelo grupo e pelo adversário), disciplina, integridade (respeito pela segurança e integridade do próprio e do adversário) e solidariedade (um jogo em que todos lutam por um bem comum – sucesso

coletivo) (*World Rugby, Programa Rugby Ready*). Aferimos que o Rugby é uma escola da vida, aponta caminhos e é um “ensaio” para a vida que permite formar homens e mulheres capazes e pró-ativas nos mais diversos contextos (pessoal, social, académico e profissional).

4.2.1. Projetos de intervenção social em Portugal: Inclusão Social através de Rugby – projetos destinados a crianças residentes em territórios vulneráveis

A inclusão é um longo processo, um caminho a percorrer e não um destino. Muito pode ser feito em todos os níveis para desenvolver práticas mais inclusivas (...) (Mittler, 2003, s/p)

Projetos semelhantes ao que se pretende investigar, o Projeto «Rugby no Bairro», alicerçadas na prática da modalidade desportiva de Rugby e dos seus valores (integridade, paixão, solidariedade, disciplina e respeito), demonstram que a sua implementação em territórios vulneráveis e com crianças em risco, consagra um grande potencial de mudança e transformação social. Veja-se, por exemplo, os projetos de intervenção social inovadores⁶: Escola de Rugby do Bairro do Cerco – Cercar-te (integrado na Política Pública – Programa Escolhas); a Escolinha de Rugby da Galiza; a Escolinha de Rugby da Trofa, implementadas em Bairros Sociais e/ou Municipais, nos quais a prática de Rugby potencia o desenvolvimento local / comunitário, o desenvolvimento individual, a aquisição de competências, regras, limites, valores e conhecimentos, promotores de uma sociedade mais justa, alicerçada no respeito e na concretização de direitos sociais.

⁶ Estamos perante Inovação Social, na exata medida em que: 1) é uma resposta diferenciada – prática de rugby – em territórios sem tradição da modalidade, constituindo, pois, uma nova forma de pensar e responder ao problema social; 2) pressupõem uma atitude crítica e o desejo de mudar (ação deliberada, intencional e voluntária); 3) promovem transformação e mudança social de grupos em risco; 4) envolvem os diversos sistemas e atores sociais; 5) apoiam a construção de percursos de vida inclusivos das crianças (atletas) e respetivas famílias; 6) suportam a intervenção numa lógica sistémica: é fundamental uma estreita relação e comunicação entre os diversos sistemas e atores sociais, para que todos contribuam para os objetivos e missão dos projetos desportivos em análise e que, simultaneamente, se alcancem, em todos (*e.g.*, escola, casa, treinos, ATL, etc.), resultados e efetivas mudanças das crianças / filhos(as) / discentes/ atletas; 7) são construídas redes de parcerias (conexões e sinergias) que potenciam o ganho de dimensão (escala) aos projetos; 8) e, por fim, promovem a participação e integração de atletas em clubes e competições federadas que possibilitam combater a (auto) exclusão social e as desigualdades (de acesso e sucesso) e a construção de novos percursos transformadores e potenciadores de mudanças. Informação retirada do trabalho individual realizado no âmbito da unidade curricular de Contextos e Práticas de Empreendedorismo Social, ano letivo 2019/2020.

O público-alvo das intervenções supracitadas – crianças em risco ou em perigo, residentes em territórios vulneráveis –, na sua maioria, encontram-se entregue à sua sorte, sem qualquer orientação, provenientes de famílias desestruturadas e multiproblemáticas, residentes em territórios com regras e leis próprias. Em permanente luta pela sobrevivência, estão mais vulneráveis a entrar em caminhos desviantes e tornam-se alvos fáceis. Para além da apreensão de regras e interiorização de valores veiculados pela prática de Rugby, destacam-se algumas das competências necessárias à vida em sociedade e ao estabelecimento de relações entre pares, como por exemplo, o espírito de equipa, a ajuda, a cooperação, a aceitação pela diferença, a não discriminação e a igualdade. É dada ênfase à importância de se pertencer a um grupo (equipa) / comunidade e ao seu cuidar em prol de uma construção coesa, sustentada e saudável.

Na generalidade das experiências pesquisadas, é identificado um problema ao nível da sustentabilidade, na medida em que dependem de subvenções do Estado (poder central e/ou local) ou financiamento da União Europeia. Terminando o período de execução e a verba alocada aos projetos, também estes terminam, deixando um grupo de crianças sem resposta social. Torna-se, então, necessário criar estratégias de sustentabilidade que passam pelo envolvimento da comunidade, do mercado (responsabilidade social das empresas) e dos poderes políticos central e local.

PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO

1. ESTUDO DE CASO – O PROGRAMA CLDS DE COIMBRA: INTERVENÇÃO EM TERRITÓRIOS VULNERÁVEIS

1.1. O Programa CLDS no Concelho de Coimbra

O Programa CLDS surgiu no Concelho de Coimbra pela primeira vez em 2014, sob a sua modalidade de Geração Mais, tendo perdurado pelo período de 18 meses, verificando-se, *a posteriori*, a sua continuidade na 3.^a Geração (Janeiro 2016 a Agosto 2019) e na atual, 4.^a Geração.

O Programa CLDS de Coimbra (Mais e 3.^a Geração), financiado por fundos estruturais e investimento europeu e pelo Orçamento do Estado, contou com a IPSS, Obra de Promoção Social do Distrito de Coimbra (OPSDC), reconhecida com estatuto de utilidade pública, simultaneamente, como Entidade Coordenador Local da Parceria (ECLP) e Entidade Local Executora da Parceria (ELEP).

A Câmara Municipal de Coimbra (CMC), de acordo com as portarias que norteiam o programa, endereçou o convite à ECLP que, por sua vez, após aceitação do mesmo, decide constituir-se, simultaneamente como ELEP ou endereça convites, até um máximo de três, a possíveis ELEP (Cf. Guia de Apoio à Execução da Tipologia de Operações 3.10 – CLDS). No entanto, a OPSDC optou, por razões orgânicas e de execução do programa, por se constituir, simultaneamente, como ECLP e ELEP. Toda a execução, pedidos de alteração e resultados são monitorizados pelo Conselho Local de Ação Social de Coimbra (CLAS/C), em sede própria – Plenário do CLAS/C – e, simultaneamente, decorre um acompanhamento / monitorização de proximidade realizado pelo corpo técnico do Instituto de Segurança Social (ISS, I.P.).

Com atuação desde 2014, o Programa CLDS Mais e 3G interveio junto da população vulnerável residente nas dezoito unidades territoriais (Juntas ou Uniões de Freguesia – JF / UF) do Concelho de Coimbra (Cf. Doc. de Candidatura da equipa de Coimbra ao Programa

CLDS Mais e 3G). A intervenção encontra-se alicerçada em três eixos: Eixo 1 - Emprego, Formação e Qualificação; Eixo 2 - Intervenção Familiar e Parental, preventiva de Pobreza Infantil; e Eixo 3 - Capacitação da Comunidade e das Instituições.

A 3.^a Geração do programa, sobre a qual incidirá a investigação em curso, contou com um plano de ação constituído por vinte e três ações (*vide* doc. de candidatura do Programa CLDS 3G Coimbra), na qual se destaca a ação n.º 9 – Projeto «Rugby no Bairro».

Atualmente decorre a 4.^a Geração do Programa CLDS, dando-se continuidade à OPSDC como ECLP e ELEP, numa execução estipulada para 36 meses, com início no mês de Março de 2020. Esta geração tem uma particularidade que a diferencia das restantes gerações, uma vez que o concelho de Coimbra acolhe, pela primeira vez, na 4.^a Geração do programa CLDS, duas equipas distintas e respetivas ECLP e EELP, cujas intervenções se focam em áreas geográficas de intervenção diferentes: o programa *CLDS 4G Coimbra – Concelho Solidário e Saudável*, executado e coordenado pela OPSDC, abrange dezassete das dezoito unidades territoriais; já o programa executado e coordenado pelo Centro de Apoio ao Sem-Abrigo (CASA), o *CLDS 4G Movimentações: Movimentos para uma cidadania ativa*, abrange apenas a UF de Coimbra.

Ademais, decorrente da nova forma de governação, o poder executivo e legislativo, considerou ser necessário proceder à reestruturação orgânica / funcional do programa CLDS, pelo que, tal como sucedido na geração Mais, a CMC assume-se como entidade promotora do programa e o ISS, I.P., ao invés do POISE na terceira geração, assume função de Autoridade Gestora (Cf. Minuta de convite para apresentação de candidaturas aviso n.º poise-32-2019-09: 3.10 – contractos locais de desenvolvimento social (CLDS 4G)).

Por fim, por força das prioridades de intervenção definidas para a nova geração, da natureza das atividades obrigatórias (Cf. Portaria 229/2018, de 14 de Agosto) e indicadores centrados nas fragilidades sociais das populações e dos territórios estabelecidos pelo NE do CLAS/C, o Projeto «Rugby no Bairro» não integra o PA do CLDS 4G Coimbra – Concelho Solidário e Saudável. Todavia, foi garantida a sua continuidade através da dinamização do mesmo pelos parceiros de até então (*Vide* Capítulo II, ponto 2.4. - Parcerias).

1.1.1. Entidade Coordenadora e Executora Local da Parceria: Obra de Promoção Social do Distrito de Coimbra⁷

A OPSDC foi fundada na década de 60 do século XX. Surgiu, portanto, no regime político de Estado Novo caracterizado pelo autoritarismo, totalitarismo e repressão; em que não só as medidas de proteção social eram insipientes, ou mesmo inexistentes, como a intervenção das escassas associações de carácter social era, constantemente, colocada em causa (Garrido, 2016). Somente com o advento da Democracia, em Abril de 1974 e, sobretudo, com a sua subsequente consolidação, mormente com a Constituição da República Portuguesa, em 1976, é que foi possível delinear as linhas recetoras de um Estado Social e Democrático e desenvolver o possível desse plano fundamental (Dornelas, 2013).

Ora, como facilmente se percebe, durante o período salazarista, perante as parcas respostas sociais e por força da grave situação de carência que assolava o país, urgia suprir essas necessidades da comunidade, pelo que foi fundada, para o efeito, no dia 14 de Outubro de 1968 (Cf. Estatutos da OPSDC, aprovados e publicados em 2015), a OPSDC, enquanto resposta social destinada à população residente em contextos rurais, em situação de vulnerabilidade social, pobreza e exclusão social.

Com o fim da Ditadura, a 25 de Abril de 1974 e com a Constituição de 1976, o Estado passa de «*uma função meramente supletiva na protecção social para uma função interventora e de garante de um sistema nacional de protecção social*» (Lopes, 2009, pp. 81-82). Os desafios sociais decorrentes da conjuntura política e financeira, e a grave realidade social que se fazia sentir, requereram a redefinição da organização e funcionamento da OPSDC.

Esta Associação de Solidariedade Social, desde 1985 com estatuto de IPSS – Cf. Art.º 63.º, CRP –, caracteriza-se por forte componente social com um papel relevante ao nível local, pautando-se por um trabalho em rede e cultura de proximidade, proporcionando, desta forma, a valoração e a melhoria da qualidade de vida e bem-estar dos seus beneficiários. A sua missão prende-se com o «*desenvolvimento de atividades de apoio social nas áreas da Infância, Juventude e Família*» e (Cf. art.º 2.º, n.º 1 e 2) e objetivo – «*prosseguir sua acção no campo da segurança social no Distrito de Coimbra, pautando-se pelos princípios orientadores da economia social, apoiando todos aqueles que, por razões diversas, se encontram em situação de vulnerabilidade social*».

⁷ Informação retirada do trabalho individual realizado na unidade curricular de Contextos e Práticas de Empreendedorismo Social, 1.º semestre do ano letivo 2019/2020

De acordo com o art.º 2, n.º 2 dos Estatutos (2015), esta entidade estrutura-se em oito áreas de atuação. No que concerne à área inerente à Infância e Juventude, encontram-se em funcionamento, nos Concelhos de Coimbra e Mira, os equipamentos (creches e jardins de infância) «Passo a Passo», «O Paraíso da Criança», «A Nossa Casinha», Casa da Criança de Mira e o Centro de Bem-Estar Infantil do Seixo de Mira. Já na área da Família e Comunidade, no concelho de Coimbra, na UF de Eiras e S. Paulo de Frades, funcionam ainda os equipamentos de acolhimento residencial de crianças e jovens – Centro de Acolhimento Temporário, «Centro de Acolhimento do Loreto» e «Casa da Mãe».

Desde a sua fundação à atualidade, em função das políticas prosseguidas, vai-se moldando à realidade e às necessidades expressas pelos seus beneficiários. Exemplo paradigmático dessa adaptação é o facto de, em virtude do seu posicionamento, responsabilidade social e intervenção local, lhe ter sido outorgada a incumbência de entidade coordenadora e executora do Programa: Contrato Local de Desenvolvimento Social Coimbra – Concelho Solidário e Saudável (Gerações Mais e Terceira, no hiato de tempo entre 2014 e 2019) e, atualmente, da 4.ª Geração do programa (2020 a 2023).

1.1.2. Plano de Ação (PA) do Programa CLDS 3G Coimbra

As 20 ações obrigatórias / financiadas e 3 não financiadas (Cf. Doc. de Candidatura da equipa de Coimbra ao Programa CLDS 3G e Doc. apresentado no Plenário do CLAS/C, de 10 de Dezembro de 2019) que integram o PA distribuem-se, tal como referido anteriormente, por três eixos de intervenção (Cf. Doc. de candidatura da equipa de Coimbra ao Programa CLDS 3G), respetivamente, 6 (+2 não financiadas), 10 e 4 (+1 não financiada). Este, delineado conjuntamente pela ECLP e o NE do CLAS/C, estrutura-se de acordo com a realidade social do Concelho de Coimbra – características do território e das necessidades da população (Cf. Guião de Apoio à Execução da Tipologia de Operações 3.10 – CLDS, 2016) –, com o propósito de desenhar intervenções que, perante a dimensão dos problemas dos territórios vulneráveis, valorizem, promovam e desenvolvam o território e a comunidade. Para tal, enquanto instrumento de reforço da Rede Social, alicerça a sua intervenção assente numa lógica de parceria (trabalho em rede) e de proximidade, envolvendo-se, igualmente, todos os atores sociais (agentes promotores de desenvolvimento) que intervêm no território e a comunidade *«(...) com a pretensão de se promover um desenvolvimento integral e*

equilibrado, refletindo no potencial de mudança (curto, médio e longo prazo) com implicações nas gerações atuais e futuras (Henriques & Almeida, 2019, p.42).

2. O PROJETO «RUGBY NO BAIRRO» –A INFLUÊNCIA DO RUGBY NA CONSTRUÇÃO DO RUGBY NA CONSTRUÇÃO DE PERCURSOS INCLUSIVOS DE CRIANÇAS RESIDENTES EM TERRITÓRIOS VULNERÁVEIS

2.1. Descrição

Das necessidades identificadas e prioridades estabelecidas, na execução do Programa CLDS no Concelho de Coimbra, em 2014, de entre as ações que compunham o plano de ação, surgiu o Projeto «Rugby no Bairro», implementado em território de intervenção prioritária / socialmente vulnerável – Planalto do Ingote (zona urbana) – (Cf. Diagnóstico Social do Concelho de Coimbra 2010), para o qual foi necessário estabelecer parcerias estratégicas.

O Projeto de inclusão social através do desporto «Rugby no Bairro» (Ação n.º 9), concretizado no âmbito do Eixo 2 – Intervenção Familiar e Parental, preventiva de Pobreza Infantil –, em parceria com as demais entidades e programas sociais locais – Programa Escolhas, Projeto Trampolim e Núcleo de Rugby da AEESAC –, encontra-se em execução no concelho de Coimbra, desde o ano de 2015, com a missão de «*desenvolver respostas de integração social em contextos desfavorecidos através da constituição de equipas desportivas*» (Cf. Relatório final de atividade 2016-2019 do Programa CLDS 3G Coimbra).

Ademais, reforça a importância do desporto nas populações mais vulneráveis e repercute-se na sociedade em geral, na exata medida em que se assume como meio de transformação social, é um “Ensaio” para a vida (aponta caminhos)⁸.

Os objetivos orientadores do Projeto «Rugby no Bairro» foram estabelecidos com o intuito máximo de

prevenir comportamentos de risco e promover estilos de vida saudáveis; potenciar a inclusão social de crianças, jovens e as suas famílias (em situação de vulnerabilidade acrescida); contribuir para a formação, educação e integração social de jovens carenciados

⁸ Informação retirada do trabalho individual realizado na unidade curricular de Contextos e Práticas de Empreendedorismo Social, ano letivo 2019/2020

residentes em bairros municipais e/ou problemáticos através do desporto; proporcionar a prática regular de uma modalidade desportiva (Rugby); consolidar um espaço de intervenção comunitária através do Rugby; fomentar o espírito de equipa; desenvolver competências sociais, pessoais, educativas e desportivas; fomentar a socialização e o conhecimento de diversas realidades através da prática da modalidade e do convívio que o Rugby possibilita; dotar os territórios mais carenciados de respostas que combatem o abandono, absentismo e insucesso escolar; motivar através do Rugby a apreensão e interiorização de regras e valores; e, aumentar a participação de crianças, jovens e das famílias nas atividades da comunidade (Cf. Relatório final de atividade 2016-2019 do Programa CLDS 3G Coimbra).

No primeiro ano de execução, o grupo contava com atletas dos escalões Sub8, 10, 12 e 14. Com o decorrer da intervenção (o passar dos anos) e a fidelização de alguns dos atletas do Bairro, o projeto já se encontra representado por um atleta no escalão Sub16. Todos os atletas estão federados pelo clube Rugby Agrária, fruindo, daí, da oportunidade de treinar na Escola Superior Agrária de Coimbra (ESAC) conjuntamente com os restantes atletas e participar em torneios e convívios⁹, *«numa lógica de inclusão, proporcionando-lhes a participação nos treinos, socializando e confraternizando com os restantes atletas, do mesmo escalão e a sua participação em torneios e convívios regionais, nacionais e internacionais»* (Henriques & Almeida, 2019, p.43).

Concretizado semanalmente, às terças-feiras, entre as 18h30 e as 19h30, no Campo Polivalente do Bairro da Rosa¹⁰, com treinos de Rugby, reforça a importância do desporto nas populações mais vulneráveis e repercute-se na sociedade em geral, na exata medida em que se assume como meio de transformação social, um “ensaio” para a vida (aponta caminhos).

⁹ Informação retirada do trabalho individual realizado na unidade curricular de Contextos e Práticas de empreendedorismo Social, 1.º semestre do ano letivo 2019/2020

¹⁰ Os treinos realizam-se num campo exterior – polidesportivo do Bairro da Rosa –, com pavimento em cimento e, sempre que se verifiquem condições climáticas adversas, os treinos são cancelados. Na Escola Agrária os treinos realizam-se independentemente do mau tempo, dado que, o campo relvado reúne as condições para a prática desportiva. Os treinos semanais e horários variam consoante o escalão a que os atletas pertencem.

2.2. Destinatários

Os destinatários diretos do Projeto «Rugby no Bairro» são crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 17 anos, residentes em Bairros Sociais e Municipais do Planalto do Ingote. A intervenção abrange, ainda, destinatários indiretos – família e comunidade em geral (Cf. Plano de Ação do Programa CLDS 3G Coimbra).

2.3. Caracterização do Território

Os ditos Bairros Sociais e Municipais surgem da necessidade de ser garantido o Direito à habitação, um direito fundamental exaltado na CRP (2005) – *«Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar»* (Cf. Art.º N.º1) –, direito, este, que se constitui, simultaneamente, como um direito social. Assim, alicerçados em políticas sociais e de habitação, foram implementados programas nacionais e locais, concretizados na construção e manutenção de habitações económicas e sociais destinadas a famílias desfavorecidas, garantindo-se, desta forma, a responsabilidade do Estado na sua proteção social e, conseqüentemente, a inexistência de discriminação social.

O Planalto do Ingote inscreve-se no supracitado, constituindo-se como um território com predomínio da modalidade de habitação social¹¹, imóveis que são propriedade do Estado. Das 813 habitações sociais / municipais existentes no concelho de Coimbra, 440 localizam-se no território em apreço, nas quais residem agregados familiares oriundos de várias culturas e nacionalidades (Cf. Diagnóstico Social do Concelho de Coimbra, 2018).

É, de fato, um território que alberga situações de criminalidade variadas e no qual as habitações (tipologia dos edifícios em prédio) não são estimadas pelos seus residentes, pelo que, em algumas situações, se encontram degradadas (e.g., portas e vidros partidos, prédios sem porta, etc.). Acresce que a construção destas habitações remonta aos anos de 1975 e 1984 (Cf. Diagnóstico Social do Concelho de Coimbra, 2018). Em redor das habitações constata-se a falta de zelo ou dificuldade da comunidade em manter o território cuidado, com as devidas condições de salubridade.

¹¹ Entenda-se por habitação social *«(...) as habitações de custos controlados promovidas pelas câmaras municipais, cooperativas de habitação económica, pelas instituições particulares de solidariedade social e pela iniciativa privada com o apoio financeiro do Estado e destinadas à venda ou ao arrendamento nas condições de acesso estabelecidas no presente diploma.»* (Cf. Portaria N.º 580/83 de 17 de maio)

Falamos de um território marcado pela diversidade cultural dos seus residentes, com diferentes padrões idiossincráticos, envolto em estigmas e preconceitos, muito por força das famílias que nele residem: «(...) *famílias multiproblemáticas, desestruturadas, carenciadas, migrantes e de etnia cigana*», desempregadas ou a beneficiar da prestação social do Rendimento Social de Inserção (RSI¹²), com baixas habilitações académicas, com trajetórias de vida desviantes e impactantes, e comportamentos desajustados (Cf. Candidatura do Projeto Trampolim E7G). Estamos perante um território no qual «(...) *existem fatores de vulnerabilidade social que potenciam a exclusão e a autoexclusão, a discriminação e, conseqüentemente, catapultam estas famílias para ciclos de pobreza e ciclos viciosos de apoios provenientes do Estado e/ou OES*»¹³.

Em conformidade com o exposto, com base nos instrumentos sociais do concelho de Coimbra, em particular do Diagnóstico Social (2010 e 2018) e nas prioridades de intervenção social e áreas geográficas neles identificadas (e.g., combate ao abandono e absentismo escolar, combate a situações de exclusão social, etc.), surge, o Projeto «Rugby no Bairro», com o foco da sua intervenção nos Bairros Sociais e Municipais do Planalto do Ingote¹⁴ e nos seus residentes. Assim, o desporto, mais concretamente a modalidade de Rugby, enquanto ferramenta de intervenção social, assume um importante papel na prevenção de situações de exclusão social, na promoção da aquisição e desenvolvimento de competências, bem como, na promoção de mecanismos de conhecimento dos sujeitos e das suas interações.

2.4. Parcerias

Para além das regras ditadas pela União Europeia e diretrizes do Estado Português, a implementação dos Programas CLDS-3G, pressupõe parcerias (formais e informais), onde os parceiros envolvidos poderão ter uma participação mais ou menos relevante e ativa (Henriques & Almeida, 2019, p.40).

¹² O Diagnóstico Social do Concelho de Coimbra (2018) refere que o n.º de beneficiários da prestação de RSI é mais expressiva na UF de Eiras e São Paulo de Frades.

¹³ Informação do trabalho de grupo (constituição: Catarina Henriques, Carla Mendes e Maria João Carvalho) na unidade curricular de Laboratórios de Novas Tecnologias Aplicadas, 1.º semestre do ano letivo 2019/2020.

¹⁴ Território da abrangência da UF de Eiras e São Paulo de Frades.

No que concerne à execução do Projeto «Rugby no Bairro» tornou-se fundamental e imprescindível estabelecer parcerias estratégicas, envolver atores sociais detentores de um conhecimento profundo da realidade social em análise – Intervenção Sistémica –, por forma a mitigar ou suprir os problemas complexos. A parceria foi estabelecida com o Programa Escolhas – Projeto Trampolim E5G, E6G e E7G – e o Núcleo de Rugby da Associação de Estudantes da Escola Agrária de Coimbra. Tais parcerias parecem mostrar-se uma mais-valia na execução do projeto, beneficiando da interação e aprendizagens dos restantes ambientes (sistemas) e, conseqüentemente, uma ferramenta com capacidade de transformar. Para além do poder local – Câmara Municipal de Coimbra e UF de Eiras e São Paulo de Frades –, outros parceiros se aliaram ao projeto, como por exemplo, o Comité Regional de Rugby do Centro e a Federação Portuguesa de Rugby:

(...) o sucesso do programa CLDS depende numa medida importante da qualidade do relacionamento entre os parceiros envolvidos. Ou seja, o aumento da capacidade de estes parceiros comunicarem e partilharem informação e conhecimento sobre o território e o aumento da capacidade de planificarem e executarem em conjunto um quadro coerente e complementar de intervenções são ao mesmo tempo objetivos de execução de um contrato CLDS e condições para que alcance o seu objetivo (Cf. Relatório de Avaliação de Impacto dos Contractos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS))

Simultaneamente, também as famílias e a comunidade foram, progressivamente, envolvidas, apelando-se ao seu contributo na resolução de problemas comuns (*e.g.*, problemas comportamentais das crianças, inacessibilidade de praticar um desporto – rugby –, etc.) e, conseqüentemente, a sua participação mais pró-ativa na dinâmica da social (na comunidade – bairro –, na família, na escola, ...), assente numa lógica de colaboração, cooperação (e entreaajuda), coresponsabilização e respeito.

Face ao exposto, reafirma-se que a execução e a continuidade do projeto decorrem, em grande parte, da eficácia das parcerias estabelecidas e da lógica de trabalho em rede (colaborativo) e de proximidade que lhes inere.

2.4.1. Programa Escolhas – Projeto Trampolim E7G

Promovido pela Presidência do Conselho de Ministros e integrado no Alto Comissariado para as Migrações, surge no ano de 2001 o programa governamental de âmbito nacional – o «Programa Escolhas» –, «*cuja missão é promover a inclusão social de crianças e jovens de contextos socioeconómicos vulneráveis, visando a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social*» (Programa Escolhas). Em 2004, o Concelho de Coimbra foi abrangido pela medida, aquando da 2.^a Geração do programa, emergindo o projeto Trampolim, atualmente na 7.^a Geração Escolhas (2019-2020) e cuja implementação é da responsabilidade do consórcio encabeçado pela Câmara Municipal de Coimbra (entidade promotora) e Centro de Apoio Social de Pais e Amigos da Escola N.º 10 (entidade gestora) em parceria com: a CPCJ de Coimbra; o Instituto Português do Desporto e da Juventude, I.P.; o Agrupamento de Escolas Rainha Santa Isabel; a Escola Secundária com 3.º Ciclo D. Dinis; a União de Freguesias de Eiras e S. Paulo de Frades; o Centro de Formação e de Inovação Tecnológica - Inovinter; o Cearte - Centro de Formação Profissional para o Artesanato e Património e a Cáritas Diocesana de Coimbra (Cf. Doc. de Candidatura do Projeto Trampolim E7G, 2018). Tais programas são implementados em territórios considerados de intervenção prioritária da cidade de Coimbra: o Planalto do Ingote, desde 2004 e o Centro de Estágio Habitacional, desde 2013, territórios estes caracterizados pelo «*multiculturalismo, precariedade socioeconómica, conduzindo ao agravamento das condições de vida. Os principais problemas identificados nos Bairros da Rosa e Ingote são o Tráfico, o Consumo, o Desemprego e Absentismo escolar*» (Diagnóstico da Rede Social de Coimbra, 2010, p. 71 e Candidatura Projeto Trampolim E7G).

O Projeto Trampolim E7G tem como objetivos orientadores: 1) objetivo geral: «*promover a inclusão social e o diálogo intercultural*» e 2) objetivos específicos: «*Contribuir para o sucesso escolar e/ou profissional*»; «*Contribuir para o desenvolvimento comunitário através da dinamização de ações centradas na educação para a cidadania e gestão emocional*» (Doc. de Candidatura do Projeto Trampolim E7G, 2018), alicerçados em duas medidas/áreas Estratégicas de Intervenção: Medida I – Educação e Formação; e Medida III – Desenvolvimento Comunitário e Cidadania. É nesta medida que se inscrevem as atividades de desporto ativo, enquadrando-se, pois, o projeto «Rugby no Bairro» (Trampolim E7G).

2.4.2. Núcleo de Rugby da Associação de Estudantes da Escola Superior Agrária de Coimbra

A prática desportiva da modalidade de Rugby teve início no ano de 1965 na então Escola de Regentes Agrícolas de Coimbra, atual Escola Superior Agrária de Coimbra (ESAC). Mais tarde, volvidos quatro anos, é realizada a primeira inscrição da equipa de Rugby na Federação Portuguesa de Rugby. Constituída uma equipa desportiva federada e dado o envolvimento e dedicação dos atletas e das entidades envolvidas, tornou-se necessário formalizar a situação criando-se, na época desportiva de 1992/1993, o Núcleo de Rugby da Associação de Estudantes da Escola Superior Agrária de Coimbra (AEESAC). Inicialmente a modalidade Rugby era praticada, exclusivamente, por homens, sobretudo pelos alunos que frequentavam os cursos da ESAC. Na época desportiva 2000/2001, contrariamente à realidade / tradição / monopólio do sexo masculino na prática de rugby e acompanhando-se a tendência internacional e nacional, surge a primeira equipa feminina do clube, numa atitude assertiva sobre o posicionamento do sexo feminino numa modalidade dominada pelo sexo masculino. Seguiu-se, no ano de 2007, a criação dos Escalões Sub8, 10, 12 e 14 (equipas mistas), constituindo-se a equipa dos “Charruazitos” e a estreia em convívios nacionais.

A prática da modalidade de rugby oferece muito mais do que a prática de uma atividade física, na medida em que se escuda em valores de solidariedade, integridade, paixão, disciplina e respeito, como pilares fundamentais para a prática desportiva. Pela sua natureza e valores orientadores, o Núcleo de Rugby da AEESAC desenvolve iniciativas e eventos solidários, facilita e financia a inclusão de crianças acolhidas em Lares de Infância e Juventude – LIJ – (abrangidas por Processos de Promoção e Proteção) e apoia agregados familiares que, por razões inesperadas, se viram envolvidos em situações de vulnerabilidade social ¹⁵. Ademais, o clube que tem na sua génese as preocupações e responsabilidades sociais e que sempre se regulou pela lógica do trabalho em rede, desde de logo aceitou o repto lançado para colaborar na execução do Projeto «Rugby no Bairro». Trata-se de um clube que valoriza as parcerias e desde sempre estabeleceu parcerias estratégicas com entidades

¹⁵ Informação retirada do trabalho de Grupo (constituído por Catarina Henriques, Carla Mendes e Maria João Carvalho) da unidade curricular de Laboratório de Novas Tecnologias Aplicadas, 1.º semestre do ano letivo 2019/2020

públicas, privadas e do terceiro sector, como forma de alcançar a sustentabilidade organizacional e financeira, visibilidade, credibilidade e notoriedade.

3. METODOLOGIA

3.1. Paradigma de Construção do Conhecimento

Para uma melhor compreensão do assunto em apreço, revela-se adequada uma breve elucidação dos Paradigmas de construção do conhecimento: Positivista (Quantitativo) – os investigadores quantitativos *«recolhem os factos e estudam a relação entre eles»* (Bell, 1994, pp.19-20) com vista a quantificar a ocorrência de um ou mais fenómenos, daí resultando dados que são tratados com recurso a técnicas estatísticas; o Socio-crítico – *«é caracterizado pela natureza dialético-crítica da construção do conhecimento e pelo papel da ideologia no processo científico»* (Coelin, Pirez, Gonzalez & Heck, 2017, s/ p.) e o Interpretativo (Qualitativo) – *«caracter descritivo, interpretativo e compreensivo com que se analisa o social, valorizando o significado da ação e o papel dos sujeitos na construção social da realidade»* (Silva, 2013, p. 77). Bogdan & Bicklen (1994) atribuem as seguintes características ao Paradigma Qualitativo: a) realizam-se em meio natural, valorizando os contextos e os significados; b) recorre a distintas técnicas de recolha de dados; c) o investigador é participante e o principal instrumento de recolha de dados; e, d) valoriza a narrativa, a construção e descoberta dos factos (descreve e interpreta factos).

A investigação assenta no Paradigma Qualitativo, cujo plano de investigação utilizado é o Estudo de Caso – *«consiste na observação detalhada de um contexto específico, ou indivíduo, de uma única fonte de documentos ou de um acontecimento específico»* (Merriam, 1988, *Apud* Bogdan & Biklen, 1994, p. 89), ou seja, é analisado o caso de forma detalhada, em contexto natural, com recurso a diferentes técnicas e fontes, adquirindo-se, desta forma, um conhecimento em profundidade e as complexidades do contexto e do grupo-alvo (Coutinho, 2018). No estudo de caso, o investigador é o principal instrumento de recolha e análise de dados.

3.2. Objetivos

O Projeto «Rugby no Bairro», implementado desde o ano de 2015, esteve sob alçada do Programa CLDS 3G Coimbra até ao mês de Agosto de 2019. A partir da época desportiva 2019/2020, a execução do projeto passou a ser da inteira responsabilidade dos parceiros de sempre – Rugby AEESAC e Trampolim E7G.

Tal decisão de continuidade deveu-se à grande aceitação e ao reconhecimento por parte das famílias, da comunidade local, da “família” do Rugby da AEESAC e de entidades locais.

O presente estudo exploratório sobre o Projeto «Rugby no Bairro» tem como objetivos gerais, conhecer o contributo da prática desportiva de Rugby na construção de percursos de inclusão social de públicos vulneráveis (crianças) residentes no Planalto do Ingote; e compreender a importância da implementação de projetos de intervenção social financeiramente sustentáveis para a prossecução de intervenções de inclusão através do desporto em territórios e com populações vulneráveis.

Uma vez estabelecidos os objetivos gerais, importa elencar os objetivos específicos:

- Conhecer as mudanças experienciadas pelas crianças (atletas), que estão diretamente relacionadas com a prática de Rugby;
- Compreender a importância das relações sociais (entre pares) na construção de percursos de inclusão;
- Conhecer o significado atribuído pelos atletas e as famílias à prática de Rugby;
- Explorar o contributo do Rugby, na sua dimensão social e educativa, enquanto agente promotor de desenvolvimento de territórios socialmente vulneráveis; e,
- Refletir sobre a importância de serem desenvolvidas estratégias de sustentabilidade necessárias para a continuidade dos projetos sociais financiados pela UE e/ou pelo Estado português e/ou poder local após o seu término.

Com os objetivos supracitados pretendeu-se reunir evidências sobre o papel do Projeto «Rugby no Bairro» no desenvolvimento e construção de percursos de vida inclusivos das crianças e das suas famílias, bem como, os impactos produzidos numa perspetiva transversal (*e.g.*, pessoal, familiar, escolar e comunitário), reforçando-se, desta forma, a necessidade de ser dada continuidade a projetos de intervenção social em territórios vulneráveis, apoiados e acompanhadas pelo poder local e financiadas por entidades locais do setor privado, apelando-se à responsabilidade social.

3.3. Técnicas de Recolha de Dados

O presente estudo, sustentado no MBDH proposto por Urie Bronfenbrenner, justifica-se pela necessidade de se compreender qual o contributo do Rugby nos diversos sistemas, partiu da assunção de lógica sistémica, de interdependência e interconexão entre os ambientes e as pessoas. Para o efeito recorreu-se à triangulação de técnicas, com o propósito de reunir informação e dados de várias proveniências, condizente e explicativa da realidade social. Esta combinação de técnicas e fontes possibilitou perceber os diferentes olhares, perspetivas, contextos e fenómenos sociais, bem como, alcançar um conhecimento profundo e mais detalhado da realidade em análise e, conseqüentemente, melhor compreender o contributo do Rugby no desenvolvimento das crianças e dos diversos contextos.

Assim, para a concretização do estudo, recorreu-se a técnicas de observação (com anotações de campo, observação em meio natural, não estruturada), entrevistas semiestruturadas e análise documental como ferramentas de recolha de dados de eleição. As Entrevistas permitiram recolher informação junto dos diversos atores sociais (técnicos e voluntário do projeto de rugby, escola, ATL e família), uma vez que se constata a estreita comunicação / relação entre os diferentes ambientes e se reconhece a sua influência na construção dos percursos de vida das crianças. Por sua vez, análise documental possibilitou documentar, complementar e validar (ou não) a informação proveniente das técnicas de recolha de dados *supra*.

Numa primeira fase foi realizada observação não estruturada, em contexto natural – Planalto do Ingote – e, *a posteriori*, de acordo com os objetivos traçados, observações em contexto de convívios / torneios, nos quais os atletas integram a equipa principal do Clube de Rugby Agrária, de acordo com o escalão – Sub8, Sub10 ou Sub12 Pretendeu-se, ainda, conhecer e perceber os percursos de vida dos agregados familiares, reunir e analisar as suas representações (sociais) / interpretações inerentes ao projeto, por forma a captar em que medida é que a prática regular de rugby produziu mudanças nos percursos de vida das crianças, na família e na comunidade, e aferir a sua perceção do projeto desde que as crianças o integraram (*e.g.*, receios e as desconfianças, a visão dos técnicos, a importância que atribuem à prática desportiva e ao rugby, as mudanças que perceberam sobre nas várias dimensões em análise – *vide* Quadro N.º4); o recurso entrevistas (semiestruturadas) de estudo de caso permitiu recolher informações importantes junto dos principais intervenientes (Bogdan & Biklen, 1994). A informação foi complementada com a análise de processos

sociais (confidenciais e para os quais foi, previamente, solicitada autorização de consulta junto do Projeto Trampolim E7G e à OPSDC). Paralelamente foram realizadas entrevistas a elementos do Projeto Trampolim E7G, do Rugby AEESAC e do ATL da Cáritas Diocesana. Foram, ainda, analisadas várias fontes, como por exemplo, documentação inerente à planificação, execução, monitorização e avaliação do Projeto «Rugby no Bairro» e imagens disponibilizadas pelas ECLP e EELP do Programa CLDS 3G Coimbra.

Por fim, importa reforçar a ideia de que o investigador se constitui como a principal “ferramenta” de pesquisa e recolha de dados, com o fito de reunir um leque alargado de informação, consistente, resultando na produção de saber conducente a conclusões fidedignas. Para tal, é fundamental promover a sua interação com o campo de investigação e com os indivíduos no seu contexto natural.

3.3.1. Entrevistas: articulação entre objetivos de investigação e as questões que integram os guiões de entrevistas

Quadro n.º1: Correspondência de objetivos de investigação e questões das entrevistas

(vide Anexo I – Guiões de Entrevistas)

OBJETIVOS DE INVESTIGAÇÃO	QUESTÕES (*)
Conhecer as mudanças experienciadas pelas crianças (atletas), que estão diretamente relacionadas com a prática de Rugby;	<ul style="list-style-type: none">- De que forma a participação do(a) seu/sua filho(a) no «Projeto Rugby no Bairro» influencia o comportamento e a forma de estar em casa? - Quais os comportamentos na relação com os colegas que salienta como sendo mais positivos e resultado da participação no «Projeto Rugby no Bairro»? - Que mudança constatou no(a) seu/sua filho(a) e na comunidade que considera serem resultado da intervenção realizada através do «Projeto Rugby no Bairro»? - Quais as principais mudanças (nos treinos no Bairro e nos convívios / torneios) que destaca no grupo e que considera ser resultado da prática regular de rugby no Bairro? - Em contexto escolar, como descreve o comportamento das crianças que integram «Projeto Rugby no Bairro» antes e após a sua integração no projeto? - É possível identificar diferenças comportamentais, antes e após a sua integração no projeto, em contexto

Compreender a importância das relações sociais (entre pares) na construção de percursos de inclusão;

escolar, das crianças que integram o «Projeto Rugby no Bairro»?

- De que forma é que a participação do(a) seu/sua filho nos convívios / torneios contribui para o desenvolvimento de competências pessoais e sociais, sobretudo na convivência com crianças que não residem no Bairro?
- Como analisa a possibilidade do(a) seu/sua filho(a) poder treinar na Escola Agrária conjuntamente com os restantes atletas da equipa?
- Como é que o(a) seu/sua filho(a) descreve a participação nos convívios / torneios?
- Qual a importância de promover o convívio / socialização entre atletas do Bairro e os da Escola Agrária?
- Como é que os atletas do clube percebem a integração e participação dos atletas do bairro nos treinos e nas competições?
- Como descreveria a interação e relações interpessoais entre atletas do bairro e do clube nos treinos e nos convívios?
- Nos convívios / torneios todos os atletas estão equipados de igual forma. No decurso de um jogo consegue identificar e diferenciar atletas provenientes do bairro e dos atletas que treinam exclusivamente na Escola Agrária?
- De que forma é que a prática de rugby contribui para o combate à exclusão social, constituindo-se uma ferramenta de intervenção social promotora de mudança e Inclusão Social?

Conhecer o significado atribuído pelos atletas e as famílias à prática de Rugby;

Explorar o contributo do Rugby, na sua dimensão social e educativa, enquanto agente promotor de desenvolvimento de territórios socialmente vulneráveis;

- De que forma é que os treinos regulares de rugby no Bairro contribuem para a construção de percursos inclusivos e mudanças sociais nas crianças, nas famílias e na comunidade em geral?
- Qual a sua opinião sobre a prática regular de um desporto?
- Qual o motivo que o(a) levou a inscrever o(a) seu/sua filho(a) neste projeto?
- Qual a importância dos treinos de Rugby no Bairro da Rosa?
- Como descreve a modalidade de Rugby?
- Como é que o projeto é visto pela comunidade?
- Qual a importância da implementação do projeto em territórios vulneráveis (Bairros Sociais ou Municipais) e junto de famílias carenciadas ou desestruturadas?
- De que forma a prática desportiva de Rugby contribui para o crescimento pessoal e social de crianças residentes no Planalto do Ingote?
- Como descreveria o grupo antes da implementação do «Projeto Rugby no Bairro»?
- Qual a sua opinião sobre a importância da prática regular de desporto e se existe relação entre a prática de desporto e o sucesso escolar?
- De acordo com as avaliações escolares, quais as mudanças de comportamento identificadas pela professora que poderão ser resultado da prática desportiva de Rugby e da participação em convívios /torneios?
- O projeto Rugby no Bairro, conjuntamente com a intervenção realizada na Escola e Projeto Trampolim,

Refletir sobre a importância de serem desenvolvidas estratégias de sustentabilidade de recursos necessárias para a continuidade dos projetos sociais financiados pela UE e/ou pelo Estado após o seu término.

contribuiu para o desenvolvimento de competências (pessoais, sociais e académicas), aquisição de valores, regras e limites dos discentes / atletas?

- Quais os constrangimentos que identifica no projeto?

- Como descreve as parcerias entre entidades envolvidas no projeto e de que forma estas constituem uma potencialidade?

- Como avalia o projeto?

- Quais as alterações que deveriam ser feitas na organização e funcionamento do «Projeto Rugby no Bairro»?

- O que deveria ser melhorado na organização e funcionamento do «Projeto Rugby no Bairro»?

- Este projeto integrou o plano de ação de um programa piloto – Programa CLDS Coimbra –, financiado pelo fundo social europeu. Na atual época desportiva está sob alçada do Programa Escolhas – Projeto Trampolim E7G e do Núcleo de Rugby da Associação da Estudantes da Escola Superior Agrária de Coimbra. Surge, pois, a preocupação inerente à questão da continuidade do projeto – sustentabilidade. Como perspectiva a continuidade do «Projeto Rugby no Bairro»?

^(*) Questões mais significativas que permitem recolher informação e dados necessários para alcançar os objetivos traçados para a investigação.

3.4. Procedimentos de Pesquisa

3.4.1. Amostra

Relativamente à amostragem, esta é não probabilística, por conveniência, na medida em que o grupo é conhecido e encontra-se constituído (N=18)¹⁶.

O grupo, N=18 crianças (atletas), contempla o número de crianças envolvidas e fidelizadas ao Projeto «Rugby no Bairro», desde o início da 3.^a geração do CLDS, ano de 2016. No entanto, nem todas preenchem os requisitos de participação no estudo, nomeadamente: por terem uma idade superior a 12 anos; e/ou baixa assiduidade; e/ou não residirem no Planalto do Ingote (zona urbana); e/ou, devido a desistência do projeto; e/ou, ainda, pelo facto de serem acompanhados ao nível das medidas de Promoção e Proteção – dada a proximidade e o envolvimento da equipa técnica nos Processos de Promoção e Proteção (PPP) que concernem a algumas das crianças –, daqui resultam questões éticas e deontológicas que inviabilizam a sua participação.

Como tal, a amostra inicialmente prevista seria constituída por: 10 crianças (crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos, residentes no Planalto do Ingote), 6 pais / encarregados de educação / tutores legais; e, 6 técnicos envolvidos (Rugby Agrária, Trampolim E7G, ATL, Escola e Voluntário), sendo que, as entrevistas se destinavam apenas a adultos, ou seja, pais / encarregados de educação / tutores legais e técnicos.

Por fim, um último critério prendeu-se com o facto de o atleta ter integrado o Projeto «Rugby no Bairro» na 3.^a Geração e permanecer fidelizado na época desportiva 2019/2020 – escalões desportivos Sub8, Sub10 e Sub12 –, agora sob alçada do Rugby AEESAC e Projeto Trampolim E7G.

Devido às características da comunidade residente, muitas vezes, fruto da descrença da atuação / resposta dos serviços públicos e do terceiro setor, verifica-se um desinvestimento por parte das famílias, que se reflete no crescimento e desenvolvimento das crianças. Estas acabam por adotar os «*modelos parentais desadequados e desajustados socialmente*» (Doc. de candidatura ao Programa Escolhas E7G – Projeto Trampolim, 2018), pois constituem a única referência que conhecem, refletindo-se na sua conduta social e no percurso escolar.

¹⁶ Tomando-se por referência o hiato entre os anos 2016 e 2020; o grupo é constituído por crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 17 anos, sendo que duas das crianças não residem no Planalto do Ingote e/ou são abrangidos por PPP.

3.5. Aspetos éticos

Dada a relação profissional efetivada pelo meu vínculo à equipa técnica do Programa CLDS Mais e 3.^a Geração de Coimbra, foi solicitada a autorização para aceder e utilizar toda a informação (dados) inerente à planificação, execução, monitorização e avaliação do Projeto «Rugby no Bairro», seguindo-se a estruturação / organização do estudo. Foi, igualmente, endereçado um *e-mail* ao consórcio do Projeto Trampolim E7G, no qual foi transmitida a intenção de realizar o estudo do Projeto «Rugby no Bairro», para a qual foi solicitada a colaboração, sobretudo, ao nível da cedência de informação inerente ao projeto e às famílias dos atletas – *e.g.*, consulta dos processos sociais.

Por razões de ordem ética e deontológica, à amostra selecionada, cuja participação é de caráter voluntário, foi transmitida toda a informação inerente à investigação e solicitada a autorização – Declaração de Consentimento Informado (*vide* Anexo II – Declaração de consentimento informado). Em todo o processo foi garantido o direito à privacidade, à proteção e à confidencialidade dos dados (Bogdan & Biklen, 1994).

Por fim, a informação recolhida por meio de registo áudio e/ou escrito (transcrições de entrevistas, de entrevistas, caderno de campo) e/ou registo fotográfico, mantendo-se a confidencialidade dos dados e identidade dos participantes, será disponibilizada para auditorias, caso existam.

3.6. Análise dos dados

Os procedimentos de análise de dados que, segundo, Amado (2014, p. 299) «*é central na investigação. Não basta recolher dados, é preciso saber analisá-los e interpretá-los*». No estudo em questão será privilegiada a Análise de Conteúdo «*por ser uma técnica que aposta claramente na possibilidade de fazer inferências interpretativas*» que se insere «*no conjunto das metodologias de análise de dados na investigação social*» (Amado, 2014, pp. 300-301).

No que concerne a questões epistemológicas, segundo Coutinho (2018, p. 231)

é fundamental que todo o investigador em CSH se preocupe com a questão da fiabilidade e validade dos métodos a que recorre sejam eles de cariz quantitativo ou qualitativo, porque, tal como referem Morse et. al. (2002, p. 2), sem rigor a investigação “não tem valor, torna-se ficção e perde a sua utilidade.

Pretendeu-se, pois, à luz do paradigma de construção de conhecimento Qualitativo, recolher informação / dados que permitam compreender a realidade social alvo de estudo, «*do ponto de vista de quem a vive*» (Mertens, 1998,p.11, *Apud* Coutinho, 2018, p. 234), baseado nas narrativas e representações sociais contadas na primeira pessoa – Crianças que integram o Projeto «Rugby no Bairro» e respetivas famílias, e equipas técnicas que acompanham os agregados familiares.

O Paradigma Qualitativo «*defende uma lógica indutiva no processo de investigação*», partindo-se do pressuposto que «*o conhecimento profundo de um fenómeno e dos seus resultados só podem ser obtidos com insights sobre as experiencias pessoais dos intervenientes / participantes* (Coutinho, 2018, p. 234).

Neste sentido, recorrendo-se às técnicas *supra* e, através da sua articulação / complementaridade, pretende-se alcançar um conhecimento profundo da realidade vivida no Planalto do Ingote (*e.g.*, experiências pessoais, sociais, percursos de vida, expectativas, etc.), narrativas / diversidade de representações sociais que sustentam toda a investigação e que permitam dar respostas fidedignas aos objetivos traçados para a presente investigação e, futuramente, se delinearem estratégias, medidas e projetos / programas de intervenção social ajustados à realidade e ao público em análise.

Segundo diversos autores, nomeadamente, Egon Guba & Yvonna Lincoln, à semelhança do Paradigma Quantitativo, é necessário adotar critérios de rigor nas Investigações Qualitativas (Coutinho, 2018). Ou seja, a investigação deverá ser bem fundamentada, teórica e empiricamente, cuidada e de elevado rigor, suportados em teorias, quadros normativos e legais, revisões sistemáticas, investigações científicas ou projetos de intervenção social que lhe conferem credibilidade e confiabilidade.

Recorrer-se-á, ainda, a Triangulação de pontos de vista / fontes de dados, por forma a «*acrescentar rigor, amplitude e profundidade à investigação*» (Denzin & Lincoln, 2000, p.5, *Apud* Coutinho, 2018, p. 239).

4. ANÁLISE E CONFRONTAÇÃO DOS DADOS

Nota introdutória:

Tal como referido anteriormente, o desenho inicial da investigação sofreu alterações, obrigando ao ajustamento das técnicas de recolha de dados à conjuntura atual, uma crise

Sanitária e social sem precedentes. Previamente à declaração de Pandemia Covid-19, já haviam sido realizadas 3 entrevistas presenciais, outras, com a imposição do isolamento e distanciamento social, realizaram-se via correio eletrónico, nomeadamente aos técnicos e ao elemento do ATL, valência da Cáritas Diocesana de Coimbra.

Ademais, por força dos procedimentos implementados pelo Ministério da Educação para o 3.º Período letivo 2019/2020, suspensas as aulas presenciais e com o aumento da exigência imposta pelo ensino *a distância*, não foi possível recolher dados inerentes ao contexto escolar, concretizado por via de entrevistas a dois professores titulares de turma.

As observações em contexto natural (observação direta) ficaram, igualmente, comprometidas e interrompidas, pelo que, serão apenas consideradas as observações decorridas entre setembro de 2019 e fevereiro de 2020. Também os treinos foram suspensos por tempo indeterminado (quer no Bairro quer na Escola Agrária), bem como, todas as competições (convívios / torneios) a partir do início do mês de Março de 2020.

4.1. Recolha de dados

4.1.1. Entrevistas

Foram realizadas sete (7) entrevistas, conforme ilustra o quadro:

Quadro n.º2: Entrevistas Semiestruturadas	
DESTINATÁRIOS	N.º DE ENTREVISTAS
Pais / Encarregados de Educação	3
Técnicos envolvidos na implementação, execução e monitorização do projeto	2
Professor do ATL	1
Voluntário (entre 2015 e 2018).	1

Não foi possível entrevistar os professores titulares de turma da EB1 do Ingote. Todavia, foram realizadas várias tentativas de contacto, via endereço eletrónico.

4.1.2. Observações

As observações visaram observar comportamentos e atitudes, interação entre pares, equipa técnica e pais; e confirmar dados disponibilizados e recolhidos por meio das entrevistas. Estas realizaram-se no hiato de tempo entre setembro de 2019 e fevereiro de 2020:

CONTEXTOS DE OBSERVAÇÃO	N.º DE OBSERVAÇÕES
Treinos no Bairro	11
Treinos na ESAC (Escalão Sub8)	1
Convívios / Torneios (Escalões Sub8 10 12)	3

Aquando dos treinos no campo do Bairro da Rosa, constatou-se uma maior assiduidade dos atletas (Cf. Doc. de registo de presenças do Projeto Trampolim E7G). Em média participaram 10 a 12 crianças por treino.

Relativamente à participação nos convívios / torneios (aos fins-de-semana), o número de participantes oscilou entre 5 e 10.

4.2. Apresentação e Interpretação dos Dados

O Projeto «Rugby no Bairro» surgiu, em primeira instância, para proporcionar o contacto e a prática desportiva generalizada da modalidade de rugby a grupos socialmente excluídos, em muito devido à área geográfica onde habitam e às problemáticas associadas.

Pretendeu-se criar uma resposta integradora de todos os que nela quisessem participar, sem diferença ou distinção.

Trata-se de uma intervenção não só na área desportiva (através dos treinos semanais), mas também nas áreas comportamental (promoção dos valores do rugby dentro e fora de campo), pedagógica (acompanha o percurso escolar dos atletas; verifica-se articulação entre equipas técnicas e destas com a Escola e ATL), saúde (exames médicos desportivos; consciencialização de hábitos de vida e alimentação saudáveis – alimentação adequada para treinos e torneios/convívios), outros apoios sociais e/ou encaminhamento para OES e familiar (protela-se pelo envolvimento das famílias).

As crianças desde cedo demonstraram curiosidade e interesse. Por momentos havia a ideia de que o projeto estava a usurpar um espaço que lhes pertencia – o campo de jogos. Os diversos olhares e desconfianças da comunidade em geral foram-se desvanecendo gradualmente, pelo que, atualmente o projeto de rugby é por muitos considerado como algo intrínseco ao bairro – «*No início havia alguma desconfiança porque não conheciam as pessoas e o projeto. O Rugby faz parte da vida do Bairro*» (GM, 2020)¹⁷. Muitas foram as crianças que experimentaram a modalidade e que pegaram pela primeira vez na bola (carinhosamente apelidada de melão devido ao seu formato).

4.2.1. Funcionamento dos Treinos no Bairro

No Bairro, para além das atividades desenvolvidas pelo Projeto Trampolim, não existiam respostas (ou eram opções muito limitadas).

Aquando da implementação do projeto, deparamo-nos com «*Um grupo isolado, (...) perdidos sem um rumo e sem vontade de fazer algo* (LGV, 2020) que não estava habituado «*a cumprir regras e estavam sempre a desafiar a “autoridade” do treinador, pensando que o treino era mais um momento de brincadeira livre no seu espaço de lazer. Apresentavam constantemente atitudes agressivas*» (BJA, 2020). Tratava-se de um grupo que, na generalidade, com lacunas ao nível do cumprimento de regras sociais básicas; crianças que não estavam habituadas a ser contrariadas e pouco resilientes.

Ao longo da execução do projeto, observaram-se significativas mudanças comportamentais (pessoais e sociais): «*Com o rugby existiu uma união, o verdadeiro grupo com vontade de fazer desporto e de aprender mais*» (LGV, 2020). De entre algumas mudanças, ressaltam «*(...) o respeito por figuras de autoridade; união; trabalho em equipa; capacidade de fair play; responsabilidade (...); a aquisição de competências pessoais e sociais (higiene, autonomia, resiliência, tolerância à frustração, gestão de conflitos, relações interpessoais,...)*», ideia partilhada pelos técnicos entrevistados.

¹⁷ Em seis anos de execução, muitas foram as crianças, cerca de 100, (Cf. dados do projeto «Rugby no Bairro») que tiveram oportunidade de experimentar a prática de rugby. Ainda assim, só um pequeno grupo se fidelizou, sendo atualmente constituído por 12 crianças, todas federadas pelo Rugby Agrária. Não havendo evidências e justificação para a assiduidade de um grupo restrito, acreditamos que tal se poderá dever às características e identidade da comunidade (crenças, cultura, etnia,...). O receio do desconhecido, da vida fora do Bairro, a possibilidade de trilharem novos caminhos distintos dos expectáveis, poderá ser um impedimento para a participação das crianças nas competições regionais e nacionais

Parte das mudanças *supra* expendidas resultam da forma como foi e é projetada a intervenção. Desde já pela dimensão do grupo, o que permite uma maior interação (dos atletas entre si e com os treinadores), a consolidação de aprendizagens e uma maior motivação. Os treinos foram estruturados / divididos em três momentos: pré-treino, treino e o pós-treino. O início dos treinos era marcado por uma conversa, na qual os atletas tinham oportunidade de relatar situações, acontecimentos, conflitos ou outros assuntos decorridos nos diversos contextos (*e.g.*, na escola, no ATL, em casa, na rua, entre outros). Fruto da articulação (permanente interconexão e inter-relação) com os vários contextos e sistemas, os atletas eram convidados a falar sobre os seus comportamentos e atitudes na casa e na escola. Tais momentos permitiram a tomada de consciência relativa aos comportamentos e atitudes num determinado local, quer fosse na escola, em casa ou no ATL, teriam impacto no rugby e vice-versa. Reforça-se, pois, a ideia de estreita comunicação e articulação entre os elementos do microsistema. O quebrar de regras ou de comportamentos comprometeria, pois, as suas participações em convívios / torneios (*e.g.*, tempo de jogo, jogar na equipa inicial, etc.); os “bons” comportamentos eram igualmente reconhecidos com a atribuição de um “prémio” simbólico (reforço positivo) – *e.g.*, dar o grito da equipa no final do treino.

A última parte do treino era dedicada ao diálogo e reflexão. Tratava-se do momento no qual todos tinham a oportunidade de participar e, numa análise conjunta, avaliavam os seus comportamentos e atitudes no treino. Os treinadores aproveitavam para reforçar ideias e táticas de jogos, bem como, consolidar algumas das especificidades técnicas (individuais e coletivas). O mesmo se sucedia no dia das competições.

4.2.2. Treinos e Convívios / Torneios

Tomando-se a análise do projeto *supra* à luz do MBDH, constata-se, primeiramente, que, no decurso dos treinos e convívios/ torneios, as crianças (atletas) existem *díades*¹⁸ de desenvolvimento, sob duas formas funcionais: *díade de atividade conjunta e díade observacional*.

Consabidamente as crianças aprendem por observação. Em contexto desportivo, é muito recorrente que os atletas observem os colegas de equipa e os adversários, e escutem os treinadores, numa situação de treino ou jogo. Uma simples observação e os comentários /

¹⁸ Entenda-se por *díade*: «Sempre que uma pessoa em um ambiente presta atenção às actividades de uma outra pessoa, ou delas participa, existe uma relação (Bronfenbrenner, 2012, p.46)».

dicas transmitidas são o «*bloco construtor básico do microsistema*» (Bronfenbrenner, 2012, p.46). Estamos perante uma *díade observacional*.

No trabalho em equipa, quer seja durante um treino ou um jogo, dois atletas, embora da mesma equipa e num mesmo jogo, realizam tarefas e funções distintas da tática de jogo, complementando o trabalho do grupo, rumo à concretização do objetivo – *díade de atividade conjunta*. Na modalidade de rugby passa por marcar um ensaio (ponto). Aquando a existência de uma atividade conjunta – prática da modalidade de rugby nas suas diversas formas –, existe uma *relação diática*, no qual os atletas interagem e se influenciam mutuamente (ideia de reciprocidade).

O desenvolvimento integral do atleta pressupõe a existência das quatro componentes do desenvolvimento humano proposto por Bronfenbrenner: Pessoa, Processo, Contexto e Tempo (em constante interação): o atleta em desenvolvimento interage com outras pessoas (atletas, treinadores, familiares, adversários); estabelece relações e interconexões regulares com o ambiente (treinos semanais) que se tornam mais complexos (participação em convívios / torneios, treino de técnicas e táticas mais complexas); as regras e orientações inerentes à prática da modalidade – treinos e/ou jogos – potenciam o desenvolvimento de competências / características de desenvolvimento (individuais e sociais), estimulam ou desencorajam posições, atitudes e reações; as características do contexto (do território vulnerável, o Bairro, e nos locais onde se realizam os convívios / torneios) influenciam e são influenciadas pelas características individuais do atleta; o processo de desenvolvimento e as mudanças (individuais, coletivas, familiares e comunitárias) ocorrem ao longo da execução do projeto (dimensão temporal) «Rugby no Bairro».

Assim, os processos de desenvolvimento (pleno e harmonioso) e crescimento, segundo a perspetiva ecológica, resultam da interação recíproca do atleta (da pessoa em desenvolvimento) com os vários contextos e ambientes ecológicos. Estes padrões de interação poderão tornar-se cada vez mais complexos e recíprocos produzindo, daí, desenvolvimento humano. Através da prática regular da modalidade, o atleta realiza interações cada vez mais complexas, participa ativamente nos ambientes ecológicos (microsistema e mesossistema), constrói-se e aprende de acordo com as suas motivações; aumenta a participação na prática regular da modalidade de rugby e assiduidade nos convívios / torneios. Ganha um sentimento de pertença, num desporto que se pauta pelo trabalho em equipa, na qual todos têm o seu lugar. Este é o segredo do sucesso, pelo que, nos treinos, para além da técnica e estratégias de

jogo, é igualmente trabalhado o sentimento de pertença ao grupo, onde «todos têm o seu lugar», ideia que deverá ser interiorizada desde o primeiro dia – (...) *todos os praticantes aprendem que todos são precisos, todos têm o seu lugar no campo e na equipa (...)* (BJA, 2020).

4.2.3. Dimensões

Para uma melhor análise, interpretação e compreensão, houve a necessidade de agrupar os objetivos de investigação, agrega-los em categorias de análise – dimensões: 1. Comportamento e forma de estar em casa; 2. Comportamento e forma de estar na escola; 3. Consciência familiar, técnica e comunitária; 4. Construção pessoal, coletiva e relacionamento interpessoal; 5. Inclusão Social; e, 6. Funcionamento, organização e parcerias.

4.2.3.1. Comportamento e forma de estar em casa

Os encarregados de educação referem existir mudanças comportamentais:

- «*Saliento a entreaajuda, mesmo em casa funcionam como equipa. Ajudam-se em tudo, coisa que antes não acontecia*» (HC, 2020).

- «*Acho que começou a ganhar mais responsabilidade, começou a ter mais (...) regras e a aceitar mais o que a gente lhe diz*» (GM, 2020) e,

- «*Acho que eles têm mais regras em casa*» (VA, 2020).

Em conformidade, é realçado que o desporto, particularmente o rugby, contribuiu para reforçar e/ou consolidar regras; favoreceu a existência de mais momentos de interação em contexto familiar e proximidade entre familiares, uma maior participação nas dinâmicas e tarefas familiares: criaram-se rotinas e uma maior (auto) disciplina. Segundo a perspetiva ecológica, as características dos ambientes influenciam o processo de desenvolvimento. A participação regular no projeto «Rugby no Bairro» permite, pois, adquirir, interiorizar e consolidar aprendizagens, competências, regras e valores que acabam por transitar e fazer sentido noutros contextos, como por exemplo em casa. Constata-se, daqui, a interação e a reciprocidade entre os vários elementos do microsistema.

4.2.3.2. Comportamento e forma de estar na escola

A doutrina assume que o desporto desempenha dimensões social, cultural e recreativa (Livro Branco sobre o Desporto, 2007); promove conceitos de vida ativa e saudável, a participação cívica (cidadania ativa), a justiça social e a equidade. Os valores do desporto e do Rugby contribuem para o desenvolvimento de conhecimentos, de aprendizagens, aquisição e reforço de competências (pessoais e sociais) e de habilidades.

Os vários constrangimentos com que nos deparamos, não permitiram entrevistar os professores da EB1 do Ingote, pelo que, não foi possível recolher dados concretos e refletir sobre a influência do rugby no contexto escolar.

Os encarregados de educação entrevistados referem que os atletas se «*Comportam como todas as outras crianças e sempre tiveram boas notas*» VA ou «*Ele é um bom aluno*» MG; que não mudaram muito HC. Ainda assim, com a prática regular de rugby a criança / aluno / atleta/ cidadão ganhou «*Mais confiança nele próprio*» MG.

De referir que no ano letivo 2017/2018, no que concerne aos atletas a frequentar o 1.º Ciclo do Ensino Básico, na EB1 do Ingote, registou-se 100% de sucesso escolar (Cf. Dados Projeto Trampolim E6G). À data somente três atletas frequentavam outros ciclos de ensino. Ainda assim, não reunimos evidências suficientes para afirmar e atribuir o sucesso escolar *supra* à prática continuada de rugby.

4.2.3.3. Construção pessoal e coletiva, e relacionamento interpessoal

O Rugby é uma modalidade que assenta em pilares / valores próprios tão necessários quanto a destreza física e competências técnicas, referimo-nos, pois, aos valores de Solidariedade, Disciplina, Respeito, Paixão e Integridade.

Os valores *supra* foram gradualmente apreendidos e interiorizados ao longo dos 6 anos de intervenção. Estes estão patentes nas afirmações expressas pelos encarregados de educação e pela equipa técnica do projeto, como por exemplo, Paixão: «*Ele adora participar, ele gosta [do rugby, dos torneios / convívios e dos treinos]*» (GM, 2020) e Disciplina: «*Já sabem que as regras são para cumprir, que aquele espaço é de treino e não de recreio*» (BJA, 2020). Estes princípios basilares do rugby foram transmitidos, em jeito de brincadeira

(educação informal), no decurso dos treinos e das dinâmicas e exercícios adotados. Foram, na sua maioria, interiorizados e naturalizados pelos atletas.

É de salientar que, fruto das observações, quer no Bairro quer nos convívios / torneios, foram observadas atitudes e comportamentos que comprovam a tomada de consciência e a interiorização dos valores mencionados. O companheirismo, a entreajuda, a união, a partilha, o respeito, a solidariedade e a paixão descrevem o ambiente vivido nos torneios / convívios. É uma evidência a real interação e comunicação entre os elementos do microssistema em que o atleta está inserido – para com os atletas do Bairro «(...) *houve sempre espírito de equipa, uma entreajuda dos atletas da Agrária sobre os atletas do Bairro*» (LGV, 2020) e a aproximação e confraternização entre os familiares dos atletas (sobretudo daqueles que estão, semanalmente, presentes nos treinos no Bairro da Rosa).

No que concerne ao relacionamento interpessoal, é unânime entre os entrevistados, que o projeto reforçou laços, construiu espaços e momentos de partilha e união. Foi, ainda, realçada a importância do rugby enquanto ferramenta que promove o respeito, sendo que foi visível que os atletas respeitaram e fizeram-se respeitar – «*As crianças respeitam-se e já partilham o mesmo espaço sem guerras*» (VA, 2020).

Quando questionados sobre a importância da participação em convívios / torneios, os encarregados de educação realçam que estes proporcionam novas oportunidades, como por exemplo, conhecer novas realidades e contextos; realçam a importância do contacto social (socialização) com outras crianças e respetivas famílias; e como meio de os atletas do bairro se darem a conhecer (na sua essência e enquanto atleta). À luz da perspetiva ecológica, de acordo com o suprarreferido, depreende-se que o atleta (pessoa em desenvolvimento) participa em mais do que um ambiente. Já no âmbito do mesossistema, a criança / atleta do Bairro interage com atletas e treinadores do clube Agrária; com outros atletas e clubes adversários; com as famílias dos colegas de equipa; com a estrutura técnica do clube Agrária; entre outros. Paralelamente, dada a periodicidade mensal de competições, as interações aumentaram e tornaram-se cada vez mais complexas, o que permitiu a criação de vínculos.

Os encarregados de educação reconhecem a importância das competições (convívios / torneios) e os treinos na Escola Agrária, uma vez que possibilitam desenvolver as técnicas e táticas do rugby de uma forma mais eficaz (consolidação e reforço do trabalho desenvolvido nos treinos do Bairro), bem como intensificar o trabalho em equipa e as regras (sociais e intrínsecas à modalidade) trabalhadas no Bairro. Todos os entrevistados partilham da opinião

de que os atletas participam nos convívios / torneios com muita satisfação – «*É espetacular. Ele adora participar, ele gosta*» (GM, 2020); «*Ficam todos contentes mesmo quando perdem (...). Eles sentem-se parte da equipa*» (HC, 2020); e «*Eles gostam muito de ir aos torneios (...) raramente dizem que não gostaram dos treinos ou dos torneios (...)*» (VA, 2020). Resultado da interação e construção coletiva, os atletas do bairro almejam, cada vez mais, participar nas competições, independentemente do resultado final, constatando-se um crescimento pessoal e social, bem como aprendizagens diversas – a equipa agrária (inclui os atletas do Bairro) «[tem] *uma relação muito saudável, de amizade, companheirismo, como verdadeiros colegas de equipa. Para melhorar, só mesmo com mais convívio/contacto*» (BJA, 2020).

Face ao exposto, afirma-se que a prática de Rugby (amador / federado) e as “brincadeiras” que lhe inerem nos treinos semanais servem de mote a uma intervenção profunda e cuidada, através da qual se desenvolvem competências, se adquirem regras, se transmitem valores, se constroem e trilham percursos diferenciadores e transformadores, e se estabelecem objetivos de vida (a curto, médio e longo prazo) – «*o rugby é um desporto diferente, com uma bola e regras diferentes. Acho que as crianças aprendem muito o que as ajudará no futuro*» (GM, 2020).

4.2.3.4. Consciência familiar, técnica e comunitária

A implementação do projeto no Planalto do Ingote é relevante e importante...

- «*É muito importante porque se não forem lá aos treinos, aqueles miúdos não treinam*» (HC, 2020).

- «*É uma mais-valia para as crianças, para que possam ter uma atividade desportiva*» (VA, 2020).

Tornou-se, inclusive, algo intrínseco às dinâmicas locais / comunitárias: «*No início havia alguma desconfiança porque não conheciam as pessoas e o projeto. O Rugby faz parte da vida do Bairro. Às vezes espreitam da janela para ver as crianças a jogar e para ver se estão bem*» (GM, 2020).

Também os encarregados de educação manifestam o maior envolvimento nas atividades extra curriculares e uma maior interação entre adultos: «*Foi positivo, muito*

positivo. A relação dos pais, com os treinos e os convívios, permite mais comunicação, empatia, mais união. Já nos conhecemos, já nos juntamos de vez em quando» (HC, 2020).

Constitui uma resposta social, alicerçada no trabalho de parcerias; contribui para o desenvolvimento individual e coletivo, combate estereótipos e preconceitos, ultrapassa barreiras, promove a autodisciplina e a autoconfiança.

Trata-se de um projeto que promove o desenvolvimento comunitário, reforçado através de um trabalho concertado em rede (parceiros), que apela à não discriminação, diálogo intercultural e promove a igualdade de género, isto é, responde a problemáticas identificadas no território de intervenção, contribuindo para a minimização dos mesmos. Revela-se

«importante na promoção de responsabilidade parental e envolvimento das famílias em projetos de vida dos seus educandos, mas também sendo de acesso gratuito, proporciona a igualdade de direitos e oportunidades às crianças, mas também familiares, que sendo carenciados ao nível económico, não teriam possibilidade de proporcionar a frequência aos seus educandos» (MCT, 2020).

Acredita-se no projeto de rugby como ferramenta social e de utilidade e desenvolvimento local, *«uma vez que através dele conseguimos colocar regras aos participantes, transmitir valores, avaliar comportamentos de risco e envolve-los no espírito de equipa e camaradagem»* (BJA, 2020). Num território onde os riscos e as problemáticas se encontram a cada esquina, importa procurar alertar e sensibilizar os atletas para os riscos e perigos de residirem num território com muitas vulnerabilidades associadas. Para tal, é necessário dotá-los de capacidades e “armas” construtivas, capazes de os auxiliar no seu percurso de vida.

4.2.3.5. Inclusão social

A inclusão social através do desporto remete para o desenvolvimento de competências pessoais, sociais, motoras ou outras, em que as boas práticas se dirigem à promoção do desporto formativo, i.e., privilegiando os princípios éticos do desporto e valores associados junto de crianças e jovens em meio escolar, ou em situações de risco de discriminação (Marivoet, 2016, p.199).

Os encarregados de educação entrevistados reconhecem que os convívios constituem um veículo de combate à exclusão social e estigmas sociais – *«(...) ajuda[m] a quebrar as*

barreiras e as ideias erradas que as pessoas têm do Bairro e das pessoas que lá vivem» (VA, 2020). Estas competições são promotoras de igualdade (igual acesso e sucesso, direitos e deveres) e não discriminação: *«Não sofrem estigma de viver num bairro social, somos diferentes por isso. Antes pelo contrário, somos iguais e temos oportunidades iguais (...)* (VA, 2020).

Os técnicos quando questionados sobre o potencial e função inclusiva do projeto «Rugby no Bairro» realçam a existência de inclusão plena, reforçando que *«Quando vejo fotografias ou vídeos são todos de uma equipa sem diferenciação da sua origem cultural ou territorial»* (MCT, 2020) e que nas competições todos os atletas estão equipados de igual forma, não sendo possível distinguir a sua proveniência territorial, condição socioeconómica e cultural (*vide* Anexo III – Registo Fotográfico) –

O Rugby enquanto prática desportiva promove a integração de crianças e jovens em equipas sem discriminação social, cultural ou territorial; cria oportunidades de conhecimento de outras realidades e contextos, bem como promove relações interpessoais e competências essenciais na vida (MCT, 2020).

Aos atletas do Bairro é permitido o contacto com novas ideologias e realidades, conceitos e vivências – *«conhecem outras crianças (...) cidades, (...) culturas, tradições.»* (HC, 2020); *«Pelo que me dizem, os outros meninos aceitam-nos bem»* (VA, 2020) e assim percebem que existe vida para além do bairro, desafios e oportunidades – *«(...) perceberem que [a] vida [pode ser] diferente da expectável»* (MCT, 2020), ou seja, do percurso de vida que lhes é definido *a priori* por força da sua condição socioeconómica e território onde residem; das baixas expectativas e crenças nos seus percursos educativos e profissional.

A confraternização entre crianças / atletas, famílias, contextos e ambientes é considerada como *«muito importante para os dois grupos, uma vez que todos conseguem perceber que são iguais, podem ter todos as mesmas oportunidades, só tem que as aproveitar e continuar a trabalhar, a respeitar o outro, a partilha entre equipa»* (BJA, 2020).

Afirma-se, daqui, que

no Rugby todos são precisos, o magro e o forte, o alto e o baixo, o rápido e o lento... todos têm o seu lugar, contribuindo para a inclusão social do jovem tecnicamente menos apto para a prática desportiva, além do que é um desporto muito fácil de praticar, quer pelo manuseamento da bola, quer pela facilidade de marcar pontos,

todos conseguem jogar e ter sucesso facilmente (...) todos os praticantes aprendem que todos são precisos, todos têm o seu lugar no campo e na equipa (...) (BJA, 2020)

Das observações e informação recolhida junto da equipa técnica do projeto, constata-se que nos treinos que se realizam na Escola Agrária ou em convívios / torneios se verificou a boa aceitação dos atletas do Bairro por parte dos atletas da agrária – «*Sabem que fazem parte do clube e da sua equipa, apesar de nem sempre treinarem com a equipa*» (BJA, 2020).

Os dados sugerem o significativo contributo do desporto, em particular, do Rugby, no desenvolvimento completo e integral da criança e na promoção da inclusão social.

Verifica-se, ainda, a noção de *fair play* e sentimento de pertença: «*Ficam todos contentes mesmo quando perdem. Eles sentem-se parte da equipa*» (HC, 2020).

4.2.3.6. Funcionamento, organização e sustentabilidade

No que concerne à sustentabilidade do projeto é transversal a preocupação inerente à sua continuidade, sobretudo, devido a constrangimentos financeiros e recursos humanos. A incerteza da promulgação de respostas sociais – Programa CLDS e Programa Escolhas –, financiadas por instâncias Nacionais e Europeias, constituem uma ameaça à continuidade do projeto «Rugby no Bairro».

O ideal de sustentabilidade passa efetivamente por autonomizar o projeto enquanto equipa, mas que, na perspetiva dos técnicos, consiste, ainda, num longo caminho a percorrer (MCT, 2020).

Os encarregados de educação consideram ser importante e uma mais-valia a aquisição de um autocarro, permitindo, desta forma, a participação regular nos treinos na Escola Agrária, complementando-se a intervenção realizada à terça-feira no Bairro. Esta necessidade deve-se à maioria das famílias não possuir viatura própria e à insuficiente e/ou incompatibilidade de horários da rede de transporte públicos.

Os treinos no Bairro são importantes «*porque é mais perto para nós, principalmente para quem não tem transporte, e para ver se as crianças também começam a ter qualquer tipo de desporto, porque aqui não havia nada*» (GM, 2020).

Em 2019, sob a responsabilidade do POISE, realizou-se um estudo da avaliação de impacto dos CLDS coordenado pelo consórcio IESE/ISCTE/Improve Consult/PPLL Consult. O estudo conclui que são raras as vezes em que as atividades são asseguradas, *a posteriori*,

pelas entidades locais – «os indícios de sustentabilidade das intervenções CLDS são fracos. Em geral, os serviços e atividades desenvolvidos pelos CLDS acabam por terminar com o fim do programa» (Cf. Relatório de Avaliação de Impacto dos CLDS). O mesmo se sucede com os projetos implementados ao abrigo do Programa Escolhas.

Assim, a sustentabilidade dos programas e do projeto constitui uma dimensão problemática e preocupante. A generalidade dos programas ou projetos são coordenados por OES, entidades que não dispõe de recursos (humanos, físicos e financeiros) para prosseguir com as intervenções, pelo que, uma solução exequível, urgente e necessária, passará pela redefinição dos serviços, produtos, formas de atuação e comunicação, através da implementação de soluções inovadoras, diferenciadoras, do estabelecimento de parcerias estratégicas e da angariação de novas formas de financiamento.

Para a sua execução do projeto «Rugby no Bairro», houve a necessidade da equipa CLDS concertar esforços e estabelecer parcerias estratégicas, envolvendo-se, daí, um projeto detentor de conhecimento profundo do território e das características da comunidade – Projeto Trampolim (diversas gerações) – e um clube desportivo promotor da prática da modalidade de Rugby – Rugby Agrária:

As parcerias envolvidas são efetivamente uma potencialidade pois por um lado temos uma entidade detentora de conhecimento profissional da prática desportiva de rugby e reconhecida no panorama nacional no âmbito desta prática, por outro lado projetos de intervenção social, conhecedores do contexto de intervenção. (...) (MCT, 2020).

Trata-se de um trabalho complementar onde cada entidade envolvida desempenha funções muito próprias, das quais resulta o sucesso e a continuidade do projeto:

Cada uma das entidades está a fazer muito bem o seu papel, uma a dar o apoio e acompanhamento no terreno – CLDS; outra no contacto direto com os encarregados de educação e no recrutamento junto da comunidade e da escola – Trampolim; e a outra no treino e convívios – Treinadores. (...) o Rugby Agrária sozinho terá dificuldades em chegar tão facilmente aos atletas e suas famílias. (...) Da parte do rugby agrária, não está perspetivado o fim deste projeto, pois já faz parte do nosso clube e das nossas equipas! (BJA, 2020).

Por fim, é importante salientar que, para além de todo o trabalho técnico de rugby, existiu um grande envolvimento e muita generosidade dos treinadores, pois colaboraram em regime de voluntário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Decorrente do contributo da doutrina, da minha experiência profissional, e desta experiência investigativa constata-se que a emergência de novos desafios sociais, resultantes, particularmente, das crises económico-financeiras e da atual crise social subsequente da crise sanitária – Pandemia Covid-19 –, potenciam o agravamento das condições de vida, o empobrecimento da população, perpetuam desigualdades sociais e potenciam a existência de fenómenos de exclusão social. Tal afirmação é suportada em dados oficiais (nacionais e internacionais) que permitem aferir a existência de uma maior incidência de situações de desemprego e de pobreza em períodos de crise.

Para fazer face aos problemas sociais, existem políticas públicas sociais e práticas sociais que asseguram a construção do Estado Social, concebidas e executadas para garantir proteção social dos indivíduos, combater situações de pobreza, sobretudo, situações de pobreza absoluta (*e.g.*, RSI, Subsídio Social de Desemprego, Abonos de Família, entre outros), através das quais são atribuídos apoios monetários (de acordo com critérios estabelecidos). Em algumas situações, por inexistência e/ou escassas práticas sociais, ou ineficácia e/ou sobrelotação dos serviços e das respostas, tais apoios promovem situações de subsidiodependência, perpetuando-se os ciclos de pobreza e exclusão social. Identifica-se a necessidade de serem executadas práticas de combate a situações de pobreza relativa, focadas nos territórios e na comunidade local, através da definição das prioridades e orientadas em função da escala da dimensão do problema e da população residente, como resposta complementar aos apoios sociais *supra*, permitindo, desta forma, facultar ferramentas pessoais e sociais estruturantes para minimizar ou romper com os ciclos de pobreza. Exemplo disso são os projetos e programas de intervenção social, assentes nos modelos de governança territorial de base local, numa lógica de descentralização, de trabalho regular e de proximidade, nos quais são envolvidos todos os atores sociais locais (trabalho complementar e em rede), numa sinergia de meios e forças capazes de capacitar e promover mudanças e desenvolvimento humano e comunitário.

O estudo exploratório em apreço, apresenta um exemplo de intervenção focada no combate à pobreza relativa, no qual se constata que o programa CLDS e as atividades que

integram o PA constituem «(...) *um instrumento de reforço da rede social(...)*» (Cf. doc. Avaliação do Impacto dos CLDS), complementar aos serviços sociais adstritos ao Estado e ao poder local, de combate à exclusão social e pobreza relativa, efetivando-se como alternativas às conhecidas políticas públicas *supracitadas*, unidimensionais e pecuniárias. No Concelho de Coimbra, de entre múltiplas atividades do PA, implementou-se o projeto de inclusão social através do desporto – Projeto «Rugby no Bairro» –, cujo objeto é o combate à pobreza infantil (conceito de pobreza relativa) e à exclusão social de públicos e territórios vulneráveis.

Os dados recolhidos demonstram que o Projeto «Rugby no Bairro» promoveu a prática desportiva generalizada, acessível a todos, num território com públicos tendencialmente excluídos. Ideia reiterada pelos dados recolhidos por via de entrevistas, de observações diretas e análise documental. Ademais, é reconhecida a importância de, simultaneamente à intervenção do bairro e de forma complementar, envolver e fidelizar os atletas do bairro ao clube Rugby Agrária, numa estratégia que, de acordo com os entrevistados, observações e registo fotográfico, constituiu uma prática bem-sucedida, promotora de efetiva inclusão social. Realce-se que no decurso de competições (torneios / convívios), pela harmoniosa relação e comunicação entre atletas, famílias e treinadores, pessoas desconhecedoras do projeto, não conseguem identificar e/ou distinguir os atletas do bairro do restante grupo, provando-se, uma vez mais, a inclusão plena dos atletas.

Em competições organizadas, vestidos a rigor e todos de igual forma (com igual equipamento), pela união do grupo e aceitação da diferença, não é possível diferenciar atletas pelo território e condição socioeconómica. O mesmo acontece sempre que os atletas se reúnem em competições informais ou treinos em comum. Aliás, sempre que se encontram, baseado nas observações realizadas, manifestam entusiasmo e alegria em confraternizar e treinar com os colegas de equipa. É disto que se trata, somente existe uma equipa, todos são amadores / federados e dispõem de iguais direitos, deveres e garantias.

Constata-se, pois, o já comprovado potencial de inclusão social atribuído ao desporto, particularmente, pelo seu importante papel na criação de redes de sociabilidade e como espaço de interação e aprendizagens múltiplas, sobretudo, em territórios socialmente vulneráveis. O Rugby assume um importante contributo na construção pessoal, social e cívica dos atletas e das respetivas famílias, na exata medida em que, gradualmente se foram imiscuindo na dinâmica e na vida do projeto. Evidencia-se o carácter formativo, orientado por valores e princípios éticos, capaz de promover a interiorização de competências morais e

sociais e desenvolvimento humano. Segundo Gonçalves (2006, *Apud* Cabrita, 2011, p.12) «(...) a prática desportiva nos jovens é incentivada, uma vez que as suas capacidades formativas (carácter e disciplina) contribuem para a sua preparação para a vida».

Na impossibilidade de recolher informação referente à influência da prática regular de Rugby em contexto escolar, baseado na multiplicidade de estudos científicos, acredita-se que os valores e a disciplina inerentes à modalidade em questão influenciam a forma de ser, de estar e de aprender, repercutindo-se nos comportamentos e atitudes, na prestação e sucesso escolar, bem como, refletindo-se na relação e comunicação com os pares e com os adultos. Segundo Bento (1991, p.7) a «*Escola e [os] Clube[s] têm, pois, que viver em simbiose de perspectivas e alargar a sua cooperação no sentido dos objetivos comuns (...)*», quer se trate ao nível do desenvolvimento de competências desportivas, quer ao nível do desempenho e sucesso escolar. Esta interconexão entre ambientes é uma das premissas orientadoras do projeto «Rugby no Bairro», concretizando-se através da permanente comunicação entre atores sociais: Escola – Projeto Trampolim; e Projeto Trampolim – Rugby no Bairro – Encarregados de Educação.

Em conformidade, suportado em evidências, podemos afirmar existir a interferência do rugby no desenvolvimento físico e intelectual dos atletas, bem como a evolução dos seus percursos de vida em várias dimensões e contextos. Assim, e de acordo com o MBDH proposto por Bronfenbrenner, acredita-se que o Rugby interfere no microssistema da família e da escola, e mostram a interferência, a interconexão e a influência nos e entre microssistemas, ideias aprovadas pelos pais e pela equipa técnica. Os dados sugerem, ainda, que uma atividade no mesossistema (*e.g.*, as competições – torneios / convívios) pode exercer influência nos vários microssistemas; a interação entre elementos do micro- e mesossistemas, apontam o rugby como solução para o combate à pobreza relativa e exclusão social.

É unânime que, suportado nos dados e na doutrina, o desporto potencia a construção de percursos inclusivos, desenvolvimento humano e combate a pobreza relativa, muito por força da sua natureza e da permanente interconexão e inter-relação com os diferentes atores sociais e ambientes. O projeto «Rugby no Bairro» é em si uma resposta complementar às já existentes, apontando-o como precursor de desenvolvimento pessoal e social dos atletas e das respetivas famílias, influenciador e influenciado pelos múltiplos sistemas (micro-, meso-, exo- e macrossistema).

Segundo MCT (2020), trata-se de um projeto que transmite valores, responde a problemáticas sociais, promove o desenvolvimento local e comunitário – *«proporciona a igualdade de direitos e oportunidades às crianças, mas também familiares, que sendo carenciados ao nível económico, não teriam possibilidade de proporcionar a frequência aos seus educandos»*, que tem contribuído para minorar as diferenças e as desigualdades sociais, para quebrar estereótipos e preconceitos associados às comunidades e aos territórios vulneráveis dos quais são oriundos, para consolidar a tolerância, o respeito e a solidariedade entre atletas e respetivas famílias.

Todavia, embora reconhecido o papel transformador e social do projeto «Rugby no Bairro», a questão em torno da sustentabilidade é uma dimensão problemática e preocupante. O estudo de Avaliação de Impacto dos CLDS realizado em 2019 revela que *«os indícios de sustentabilidade das intervenções CLDS são fracos. Em geral, os serviços e actividades desenvolvidos pelo CLDS terminam com o fim do programa»*. Por forma a garantir a sustentabilidade do programa CLDS, urge a necessidade de redesenhar políticas públicas e reestruturar o Programa CLDS (melhorá-lo e ajustá-lo a cada geração), e reforçar a Colaboração, Coarticulação e a Coprodução de respostas sociais ajustadas às características e necessidades dos territórios e das populações (reforçar a seletividade dos territórios de intervenção baseados em referenciais). Ora, perante tais resultados, ressalta a ineficácia das políticas públicas definidas de forma tradicional, em muito relacionadas meramente com questões económicas (*e.g.*, prestações sociais monetárias).

Face ao *supra* expendido, deveriam ser implementadas novas e/ou renovadas políticas públicas, com enfoque mais individualizado, capazes de combater a pobreza relativa. Neste campo, à luz do MBDH, o macrossistema revela-se ineficaz e insuficiente, aludindo à necessidade de se reestruturarem as políticas públicas de combate a novos tipos e manifestações de pobreza e exclusão social, proceder a reformas institucionais, e estabelecer objetivos estratégicos, almejando-se a integração de medidas que permitam a sustentabilidade das OES e dos programas ou projetos sociais que implementam. É, pois, necessário perceber e avaliar o que tem sido feito para erradicar a pobreza e a exclusão social, bem como o impacto das intervenções, pelo que, no âmbito da execução de projetos, programas e serviços sociais (financiados, cofinanciados ou não financiados por subvenções do Estado ou da União Europeia) é cada vez mais pertinente avaliar e refletir sobre as intervenções, reestruturando-as sempre que essencial em função das necessidades territoriais (de âmbito nacional, regional ou

local), da comunidade e dos cidadãos. Por fim, torna-se urgente e necessário estabelecer e promover o diálogo social, articulação e coordenar políticas e práticas entre a Administração Pública (que prossegue o interesse público e a satisfação dos interesses e necessidades da comunidade local e do seu território) e a sociedade civil, instituições e grupos sociais, convergindo-se forças capazes de combater situações de pobreza e exclusão social, bem como, formar uma consciência coletiva sobre os fenómenos sociais (novas necessidades e riscos): como devemos e podemos intervir, e a forma como estes afetam os percursos de vida a curto, médio e longo prazo das pessoas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Albergaria, R. (2012). *Práticas baseadas em evidências nos contextos inclusivos de jardim de infância: intervenções inseridas nas rotinas* (Dissertação de Mestrado). ISEC, Coimbra. Consultado a 20 de março de 2020, URL <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/9097/1/Dissertação.pdf>
- Almeida, C. & Almeida, H. (2018). Governança: virtualidades e fragilidades na implementação de políticas públicas. *European Journal of Social Sciences Studies*, Volume 2, Issue 11, pp.108-124, Consultado a 2 de janeiro de 2019, URL <https://oapub.org/soc/index.php/EJSSS/article/view/340>
- Almeida, P. & IDIM (2006). *O Plano de Marketing Social*. Consultado a 1 de julho de 2019, URL https://elearning.iefp.pt/pluginfile.php/48200/mod_resource/content/0/PlanoMarketingSocial.pdf
- Amado, J. (2014). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra
- Bell, J. (2004). *Como realizar um projecto de investigação* (3ª ed.). Lisboa: Gradiva
- Bento, J. (1991). *Desporto, saúde, vida, em defesa do desporto*. Lisboa: Livros Horizonte
- Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação: Uma Introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora
- Brito, C. & Lencastre, P. (2014). *Novos Horizontes do Marketing*. Lisboa: Editorial Dom Quixote
- Bronfenbrenner, U. (1977). Toward an experimental ecology of human development. *American Psychologist*, 32(7), 513–531, Consultado a 21 de fevereiro de 2019, URL <https://doi.org/10.1037/0003-066X.32.7.513>
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The Ecology of Human Development: Experiments by nature and design*. Cambridge, Massachusetts & London: Harvard University Press
- Bronfenbrenner, U. (1988). Interacting systems in human development. Research paradigms: present and future. In U. Bronfenbrenner, (Ed.), *Making human beings human. Bioecological perspectives on human development*, pp. 67-93. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

- Bronfenbrenner, U. & Morris, P. (1998). The process of ecological development. In Damon, W., & Lerner, R.M., *Handbook of child psychology: human development and theoretical models*. N. York: John Wiley, pp. 993- 1028, Consultado a 19 de fevereiro de 2019, URL https://www.libs.uga.edu/reserves/docs/scanner%20pc%20shelter/ill%20scans/2_14_2019/bronfenbrenner_the_ecology_of_developmental_processes.pdf
- Bronfenbrenner, U. (2002). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados* (Veronese, M., Trad., 2ª Reimpressão). Porto Alegre: Artmed.
- Bronfenbrenner, U. (2005). *The bioecological theory of human development*. In U. Bronfenbrenner (Ed.), *Making human beings human: Bioecological perspectives on human development*, pp. 3-15. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Costa, A.B. (2007). *Exclusões Sociais*. Lisboa: Gradiva
- Cabaço, J. (1992). Os Espaços Desportivos de Lazer e Recreação e a Prevenção da Delinquência. In *Atas do Congresso Europeu Espaços e Equipamentos Desportivos*. Ed. Câmara Municipal de Oeiras
- Cabrita, J. (2011). *Representações Sociais do Rugby na Grande Lisboa* (Dissertação de Mestrado). ISCTE-IUL, Lisboa. Consultado a 10 de maio de 2020, URL <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/4472/1/Tese.rugby.pdf>
- Caleiras, J. (2008). *Do desemprego à pobreza? Trajectórias, experiências e enfrentamentos*. Consultado a 10 de novembro de 2018, URL <https://www.ces.uc.pt/ecadernos/media/documentos/ecadernos2/Jorge%20Caleiras.pdf>
- Cascais, M. & Terán, A. (2014). *Educação formal, informal e não formal na educação em ciências*. Consultado a 22 de março de 2020, URL https://www.researchgate.net/publication/298343846_Educacao_formal_informal_e_nao_formal_na_educacao_em_ciencias
- Coelin, S., Piriz, M., Gonzalez, J. & Heck, R., *Elementes of the sociocritical paradigma in nursing care practices: na integrative review*. Consultado a 23 de agosto de 2020, <http://dx.doi.org/10.1590/S1980-220X2016037003267>
- Coutinho, C. (2018). *Metodologias de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*. Coimbra: Edições Almedina
- Curado, J. (2005). *Estruturas de Governação: Assunto velho e ignorância nova*. Consultado a 18 de janeiro de 2019, URL <https://core.ac.uk/download/pdf/55605017.pdf>

- Defourny, J. (2009). Economia Social. In Gattani, A. S., Laville, J.L. & Gaiger, L.I. (coord.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*, pp. 156-161. Coimbra: Almedina.
- Dornelas, A. (2013). Portugal: a construção do Estado-Providência em contexto desfavorável. In Filipe Carreira da Silva (Org.). *Os Portugueses e o Estado-Providência: Uma Perspectiva Comparada* (Capítulo 1). Lisboa: ICS
- Dunning, E. (1992). *O desporto como uma área masculina reservada: notas sobre os fundamentos sociais na identidade masculina e as suas transformações, A busca da excitação*. Lisboa: Difel
- Francisco, I. (2019). *Qualidade de vida e competências socioemocionais dos jovens institucionalizados* (Dissertação de Mestrado). Instituto de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade Lusíada, Lisboa. obtido a 15 de maio de 2020, URL <http://repositorio.ulusiada.pt/handle/11067/4759>
- Franco, R. (2010), Marketing nas OSFL, In Carlos Azevedo., Raquel Franco & João Meneses (coord.), *Gestão de Organizações sem Fins Lucrativos. O desafio da inovação social*, pp. 229-268. Porto: Vida Económica
- Freire, P. (2000). *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: UNESP.
- Fonseca, A. M., Dias, C., & Corte-Real, N. (2010). Da participação ao abandono da prática desportiva. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*, pp. 96-114
- Garrido, A. (2016). *Cooperação e Solidariedade: uma História da Economia Social*. Lisboa: Edições Tinta da China
- Gentili, P. (2001). *Educar na esperança em tempos de desencanto*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes
- Gohn, M. (2006). Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. Consultado a 21 de setembro de 2020, URL <https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405.pdf>
- Gonçalves, C. (2007). A Educação Moral na Formação do Atleta. In *Revista Horizonte*, vol. XXI (123), pp.29-35.
- Henriques, C. & Almeida, H. (2019). Desafios Sociais e Medidas de Governança: Redefinição das Responsabilidades Sociais para o Desenvolvimento Local?. *Conferência Internacional: VIII Investigação e Práticas em Contextos de Educação*. Leiria, pp.38-

- 45, Consultado a 10 de dezembro de 2019, URL https://sites.ipleiria.pt/ipce2019/files/2019/09/Livro_IPCE_2019.pdf
- Hunter, B. (2000). Social exclusion, social capital, and indigenous australians: measuring the social costs of unemployment. *Centre For Aboriginal Economic Policy Research.*, (n.204), 1 41.
- Jacob, L. & Santos, E. (2013). Economia Social. In Luís Jacob, Eduardo Santos, Ricardo Pocinho e Hélder Fernandes (Auts.). *Envelhecimento e Economia Social, Perspectivas Atuais* (pp.9-42). Viseu: Psicossoma
- Johnson, S. (2008). Ecological systems and complexity theory: towards an alternative model of accountability in education. *Complicity: An International Journal of Complexity and Education*, consultado a 11 de setembro de 2020, URL <https://doi.org/10.29173/cmplct8777>
- Koga, D. & Alves, A. (s/a). *Territórios: lugar de desafios para a proteção social*. Consultado a 10 de maio de 2020, URL http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/12_seguridade/territorio-lugar-de-desafios-para-a-protecao-social.pdf
- 2020, URL <http://www.scielo.br/pdf/psoc/2015nahead/1807-0310-psoc-2015aop001.pdf>
- Leitão, A. (2015). *Entre o Estado e a Sociedade Civil Organizada. Avaliação do Projecto “Olhares da Kova” na Perspectiva das Políticas Públicas Territorializadas*, Consultado a 11 de janeiro de 2018, URL <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/11583/3/Dissertação%20de%20mestrado%20Ana%20Leitão%20-%20Capa.pdf>
- Leme, V., Prette, Z., Koller, S. & Prette, A. (2015). *Habilidades sociais e o modelo bioecológico do desenvolvimento humano : análise e perspetivas*. Consultado a 29 de fevereiro de 2020, URL https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822016000100181&script=sci_abstract&tlng=pt
- Lopes, L. (2009). *As Instituições Particulares de Solidariedade Social*. Coimbra: Edições almedina
- Magalhães, R. (2018). *O desporto universitário em Portugal e Itália: Papel do desporto na promoção da igualdade e integração social* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação e Faculdade de Economia da Universidade de

- Coimbra, Coimbra. Consultado a 23 de outubro de 2019, URL https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/83492/1/MAGALHAES%20RL_O%20Desporto%20Universitario%20em%20Portugal%20e%20Italia_Papel%20do%20desporto%20na%20promocao%20da%20Igualdade%20e%20Integracao%20Social_MA_MISIE_UC.pdf
- Malho, J. (2018). *O papel do desporto para a inclusão social de jovens em risco* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação e Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra. Consultado a 28 de novembro de 2019, URL https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/83495/1/dissertação_João%20Paulo%20Malho_MISIE_2018.pdf
- Martins, E. & Szymanski, H. (2004). *A abordagem ecológica de Urie Bronfenbrenner em estudos com família*. Consultado a 10 de maio de 2020, URL https://www.researchgate.net/publication/307753058_A_abordagem_ecologica_de_Urie_Bronfenbrenner_em_estudos_com_familias
- Matos, M. (2013). *Governança e Políticas Públicas em Territórios de Baixa Densidade*. Lisboa: ISCTE
- Marivoet, S. (2006), Perfis Profissionais no Mercado do Desporto: Competências e Tendência, *Revista Horizonte*, vol. XXI (126), pp.3-6
- Marivoet, S. (2016). A Inclusão Social Através do Desporto: Novos Desafios na Integração Social, *Revista Lusitana Intervenção Social*, n.º47/48 (1.º e 2.º semestre), pp.191-204
- Mittler, P. (2003). *Educação Inclusiva: Contextos Sociais*. Porto Alegre: Artmed Editora
- Oliveira, F. & Dias, J. (2019). *Noções Fundamentais de Direito Administrativo* (5.ª ed.). Coimbra: Almedina
- Parente, C., Costa, D., Santos, M. & Amador, C. (2012), *Empreendedorismo Social: dos conceitos às escolas de fundamentação. As configurações de um conceito em construção*. Consultado a 17 de maio de 2020, URL https://www.academia.edu/1442433/Empreendedorismo_Social_dos_Conceitos_as_Esc
- Parente, T., Tiscoski, G., Rosolen, T., Silva, M., Campos, A. & Sakamoto, D. (2012). *Gestão de mudanças nas organizações do terceiro setor: o desafio da sustentabilidade*

- financeira*. Consultado a 17 de maio de 2020, URL http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/view/1853/1330
- Quintão, C. (2004), *Terceiro Sector – elementos para referenciação teórica e conceptual*, Consultado a 17 de maio de 2020, URL <http://www.letras.up.pt/isociologia/uploads/files/Working5.pdf>.
- Rodrigues, E.V., Samagaio, F., Ferreira, H., Mendes, M. M. & Januário, S. (1999). *A Pobreza e a Exclusão Social: Teorias, Conceitos e Políticas Sociais em Portugal*. Consultado a 29 de dezembro de 2018, URL <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1468.pdf>
- Salamon, L. (1997), Estratégias para o Fortalecimento do Terceiro Setor, *In Evelyn Ioschpe (org.), 3º Setor – Desenvolvimento Social Sustentado*, pp. 89-112. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 45, pp. 5-34.
- Santos, E.V., Veiga, F., Cruz, P., Lopes, M. M. & Ferreira, S. (2015). *O Impacto Social e Institucional da Crise Económica e Financeira nas Organizações do Terceiro Sector*. Ribeirão: Edições Húmus, Consultado a 10 de maio de 2019, URL <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/42411/1/O%20impacto%20social%20e%20institucional%20da%20crise%20económica%20e%20financeira%20nas%20Organizações%20do%20Terceiro%20Sector.pdf>
- Santrock, J. W. (2007). *Child Development*, Consultado a 24 de maio de 2020, URL <http://archive.isotis.org/wp-content/uploads/2019/08/ISOTIS-Intro-1.pdf>
- Silva, E. (2013). *As metodologias qualitativas de investigação nas Ciências Sociais*. Consultado a 22 de abril de 2019, URL <https://journals.openedition.org/ras/740>
- Silva, S., Santos, N., Mota, J. & Martín, I. (2014). *Sustentabilidade das Instituições Particulares de Solidariedade Social em Portugal*. Consultado a 9 de fevereiro de 2020, URL <https://www.ideg.pt/wp-content/uploads/Sustentabilidade-das-Instituições-Particulares-de-Solidariedade-Social.pdf>
- Soares, C., Fialho, J.A., Chau, F., Gagueiro, J. & Pesatana H. (2012). *A Economia Social e a Sustentabilidade como Fator de Inclusão Social*. Consultado a 10 de junho de 2020, URL www.poaatfse.qren.pt/upload/docs/Diversos/ESTUDOS/Relatorio%20Final.pdf
- Soares, M. (2008). *Pobreza e Exclusão Social*. Consultado a 11 de junho de 2020, URL http://www.fmsoares.pt/mario_soares/textos_ms/002/235.pdf

- Sousa, S. et. al. (2012). *As Instituições Particulares de Solidariedade Social num contexto de Crise Económica*. Lisboa: IPI Consulting Network Portugal, CNIS e Fundação Millenium BCP
- Tegethof, C. (2007). *Estudos sobre a Intervenção Precoce em Portugal: Ideias dos especialistas, dos profissionais e das famílias*. Lisboa, Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P.
- Teixeira, M. (2009). *Portugal, poder local e desporto*. Lisboa: Grifos, Lda.
- Veiga, R. (2019). *Rugby feminino em Portugal - que motivações e barreiras para a prática da modalidade?* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, Porto. Consultado a 25 de maio de 2018, URL <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/121500/2/344072.pdf>

OUTROS DOCUMENTOS

- Câmara Municipal de Coimbra. (2018). *Diagnóstico Social 2018*, Consultado a 5 de março de 2019, URL <https://www.cm-coimbra.pt/areas/viver/social/rede-social/documentos>
- Constituição da República Portuguesa (2006)
- Comissão das Comunidades Europeias (2003). *Relatório conjunto sobre a inclusão social que sintetiza os resultados da análise dos Planos de Ação Nacionais para a Inclusão Social* (2003-2005). Consultado a 26 de outubro de 2019, URL <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52003DC0773&from=EN>
- Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género. (2016). *Estratégia do Conselho da Europa sobre os Direitos da Criança - 2016-2021*, Consultado a 23 de outubro de 2019, URL <https://www.cig.gov.pt/2016/03/lancamento-da-nova-estrategia-do-conselho-da-europa-para-os-direitos-da-crianca-2016-2021-5-e-6-abr-bulgaria/>
- Documento de Candidatura de Coimbra ao Programa CLDS 3G
- Documento de Candidatura do «Projeto Trampolim» à 7.ª Edição do Programa Escolhas
- OPSDC (2015). *Estatutos*. Consultado a 8 de dezembro de 2019, URL <http://opsdc.pt/>
- Portaria n.º 396/2007, de 2 de Abril, Consultado a 22 de dezembro de 2018, URL https://dre.pt/pesquisa/-/search/520206/details/maximized?print_preview=print-preview&dreId=127375

Portaria n.º179-B/2015, de 17 de Junho, Consultado em 3 de janeiro de 2019, URL <https://dre.pt/pesquisa/-/search/67522982/details/maximized>

Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (2016). *Guião de Apoio à Execução da Tipologia de Operações 3.10 – CLDS*, Consultado a 28 de abril de 2018, URL <http://poise.portugal2020.pt/documents/10180/25525/Guia+de+Apoio+Execução+CLDS+3G.pdf/ad5589c5-b936-4486-9da6-10afd388f3fe>

Relatórios da 3.ª Geração do Programa CLDS de Coimbra, Concelho Solidário e Saudável
Relatório de Avaliação de Impacto dos Contractos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS), Consultado a 7 de janeiro de 2020, URL https://www.adcoesao.pt/sites/default/files/avaliacao/resultados_das_avaliacoes_pt2020/avaliacaocls_relatoriofinal.pdf, consultado a 7 de Janeiro de 2020

Relatório final de atividade 2016-2019 do Programa CLDS 3G Coimbra

NETOGRAFIA

AEESAC. Núcleo de Rugby: História do Rugby na Escola Superior Agrária de Coimbra. Consultado a 19 de dezembro de 2019, URL <http://www.aeesac.pt/page/view/36/nucleo-de-rugby>

ACM. *Programa Escolhas*. Consultado a 9 de fevereiro, URL <http://www.programaescolhas.pt/apresentacao>

Comissão Europeia (2007). *Livro branco do desporto*. Consultado a 15 de janeiro de 2020, URL <http://www.spef.pt/image-gallery/713981615085-Colgios-Treino-Desportivo-Docs-de-Referencia-Livro-Branco-sobre-o-Desporto.pdf>

CASPAE 10. *Projeto Trampolim E7G*, Consultado a 9 de fevereiro de 2020, URL <https://caspae.pt/trampolim/sobre-nos/>

Comissão sobre os Direitos Sociais, Económicos e Culturais da Organização das Nações Unidas (2001), Consultado a 30 de novembro de 2018, URL <https://www.eapn.pt/o-que-e-a-pobreza>

FCT. (2017). *Inclusão Social e Cidadania*. Consultado a 5 de maio de 2019, URL https://www.fct.pt/agendastematicas/docs/inclusao_social_e_cidadania.pdf

INE (2019). *Rendimento e Condição de Vida*. Consultado a 12 de Setembro de 2020, URL

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas&DESTAQUESdest_boui=354099170&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt

INE (2020). *Síntese INE@COVID-19*. Consultado a 12 de Setembro de 2020, URL https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas&DESTAQUESdest_boui=450809288&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt

Portal do Rugby Português. Consultado a 25 de maio de 2019, URL <http://www.maodemestre.com/2014/08/o-rugby-feminino-em-portugal-na-ordem.html>

SNS 24 (2020). *Covid-19*, Consultado a 13 de junho de 2020, URL <https://www.sns24.gov.pt/tema/doencas-infecciosas/covid-19/grupos-de-risco/#sec-0>

World Rugby. Consultado a 25 de maio de 2019, URL <https://rugbyready.worldrugby.org/?section=1>

ANEXOS

ANEXO I - GUIÕES DE ENTREVISTA

PAIS / ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO

Código da entrevista: _____

- 1 - Há quanto tempo reside no Planalto do Ingoté?
- 2 - Qual a sua opinião sobre a prática regular de um desporto?
- 3 - Como teve conhecimento do «Projeto Rugby no Bairro»?
- 4 - Qual foi o motivo que o(a) levou a inscrever o(a) seu/sua filho(a) neste projeto?
- 5 - Em que ano é que o(a) seu/sua filho(a) integrou o projeto?
- 6 - Qual a importância dos treinos de Rugby no Bairro da Rosa?
- 7 - Como descreve a modalidade de Rugby?
- 8 - Diga-me de que forma a participação do(a) seu/sua filho(a) no «Projeto Rugby no Bairro» influencia o comportamento e a forma de estar em casa?
- 9 - Quais os comportamentos na relação com os colegas que salienta como sendo mais positivos e resultado da participação no «Projeto Rugby no Bairro»?
- 10 - De que forma é que a participação do(a) seu/sua filho nos convívios / torneios contribui para o desenvolvimento de competências pessoais e sociais, sobretudo na convivência com crianças que não residem no Bairro?
- 11 - Como é que o(a) seu/sua filho(a) descreve a participação nos convívios / torneios?
- 12 - Como analisa a possibilidade do(a) seu/sua filho(a) poder treinar na Escola Agrária conjuntamente com os restantes atletas da equipa?
- 13 - De acordo com as avaliações escolares, quais as mudanças de comportamento identificadas pela professora que poderão ser resultado da prática desportiva de Rugby e da participação em convívios /torneios?
- 14 - Que mudança constatou no(a) seu/sua filho(a) e na comunidade que considera serem resultado da intervenção realizada através do «Projeto Rugby no Bairro»?
- 15 - Como é que o projeto é visto pela comunidade?

- 16 - Quais as alterações que deveriam ser feitas na organização e funcionamento do «Projeto Rugby no Bairro»?
- 17 - É da opinião que a realização de um treino semanal com a duração de uma hora é adequada?
- 18 - Como avalia o desempenho das equipas técnicas que estão envolvidas no projeto?

TÉCNICOS

Código da entrevista: _____

- 1 - Há quantos anos está envolvido(a) no «Projeto Rugby no Bairro»?
- 2 - Como descreve o «Projeto Rugby no Bairro»?
- 3 - Qual a importância da implementação do projeto em territórios vulneráveis (Bairros Sociais ou Municipais) e junto de famílias carenciadas ou desestruturadas?
- 4 - De que forma a prática desportiva de Rugby contribui para o crescimento pessoal e social de crianças residentes no Planalto do Ingote?
- 5 - Como descreveria o grupo antes da implementação do «Projeto Rugby no Bairro»?
- 6 - Quais as principais mudanças (nos treinos no Bairro e nos convívios / torneios) que destaca no grupo e que considera ser resultado da prática regular de rugby no Bairro?
- 7 - Qual a importância de promover o convívio / socialização entre atletas do Bairro e os da Escola Agrária?
- 8 - Considera que houve uma boa aceitação do «Projeto Rugby do Bairro» por parte dos restantes atletas do clube e respetivos pais?
- 9 - Como é que os atletas do clube percebem a integração e participação dos atletas do bairro nos treinos e nas competições?
- 10 - Como descreveria a interação e relações interpessoais entre atletas do bairro e do clube nos treinos e nos convívios?
- 11 - Nos convívios / torneios todos os atletas estão equipados de igual forma. No decurso de um jogo consegue-se identificar e diferenciar atletas provenientes do bairro e dos atletas que treinam exclusivamente na Escola Agrária?
- 12 - É da opinião que a realização de um treino semanal com a duração de uma hora é suficiente?
- 13 - O que deveria ser melhorado na organização e funcionamento do «Projeto Rugby no Bairro»?
- 14 - Quais os constrangimentos que identifica no projeto?

15 - Como descreve as parcerias entre entidades envolvidas no projeto e de que forma estas constituem uma potencialidade?

16 - Como avalia o projeto?

17 - Este projeto integrou o plano de ação de um programa piloto – Programa CLDS Coimbra –, financiado pelo fundo social europeu. Na atual época desportiva está sob alçada do Programa Escolhas – Projeto Trampolim E7G e do Núcleo de Rugby da Associação da Estudantes da Escola Superior Agrária de Coimbra. Surge, pois, a preocupação inerente à questão da continuidade do projeto – sustentabilidade. Como perspetiva a continuidade do «Projeto Rugby no Bairro»?

18 - De que forma é que a prática de rugby contribui para o combate à exclusão social, constituindo-se uma ferramenta de intervenção social promotora de mudança e Inclusão Social?

ESCOLA E ATL

Código da entrevista: _____

- 1 - Qual a sua opinião sobre a importância da prática regular de desporto e se existe relação entre a prática de desporto e o sucesso escolar?
- 2 - Conhece o «Projeto Rugby no Bairro» implementado no Planalto do Ingote e os objetivos orientadores?
- 3 - Como teve conhecimento do «Projeto Rugby no Bairro»?
- 4 - Em contexto escolar, como descreve o comportamento das crianças que integram «Projeto Rugby no Bairro» antes e após a sua integração no projeto?
- 5 - É possível identificar diferenças comportamentais, antes e após a sua integração no projeto, em contexto escolar, das crianças que integram «Projeto Rugby no Bairro»?
- 6 - Como é que os(as) seus/suas alunos(as) descrevem a participação no projeto e a prática semanal de rugby no Bairro?
- 7 - É da opinião que o projeto Rugby no Bairro, conjuntamente com a intervenção realizada na Escola e Projeto Trampolim, contribuiu para o desenvolvimento de competências (pessoais, sociais e académicas), aquisição de valores, regras e limites dos discentes / atletas?
- 8 - De que forma é que os treinos regulares de rugby no Bairro contribuem para a construção de percursos inclusivos e mudanças sociais nas crianças, nas famílias e na comunidade em geral?

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE CONCENTIMENTO INFORMADO

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

«DESAFIOS DA INTERVENÇÃO SOCIAL EM TERRITÓRIOS VULNERÁVEIS:

A importância da prática de Rugby para a Inclusão Social e para a Construção de Percursos de Vida das Crianças»

Esta declaração destina-se a solicitar o seu contributo para a realização do estudo que adiante se apresenta e nela se fornece a informação acerca da recolha e do tratamento de dados. O estudo em causa realiza-se no âmbito do Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo. É elaborado pela aluna Catarina Ofélia de Carvalho Henriques (entrevistadora), sob a orientação da Doutora Joana Carla Marques Vale Mendes Guerra, Professora Auxiliar da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Tem como objetivo a análise da prática desportiva do Rugby como meio potenciador da Inclusão Social de crianças residentes em territórios vulneráveis. Para o efeito, analisa-se o Projeto «Rugby no Bairro».

Enquadramento do Projeto «Rugby no Bairro»: O Projeto «Rugby no Bairro», que vem sendo executado no Planalto do Ingote, foi promovido pelo Programa Contrato Local de Desenvolvimento Social de Coimbra (CLDS Coimbra), entre 2015 e 2019, em parceria com o Projeto Trampolim e o Núcleo de Rugby da Associação de Estudantes da Escola Superior Agrária de Coimbra. Na época desportiva 2019/2020, terminado o projeto CLDS Coimbra, é promovido pelos parceiros acima referidos.

Recolha de Dados: Os dados serão recolhidos por via de observação dos treinos, entrevistas (escrita ou gravada em áudio, para facilitar a sua transcrição), fundo documental, imagens e registo fotográfico e/ou vídeo. As entrevistas realizam-se em data e local a combinar com os entrevistados, de forma a causar o mínimo transtorno. As observações e o registo fotográfico decorrem nos dias dos treinos – campo de jogos do Bairro da Rosa – e/ou nos convívios / torneios.

Confidencialidade e Anonimato: O estudo não envolve qualquer recompensa financeira, pelo que a sua participação é voluntária e gratuita, sendo livre de aceitar ou recusar. Em todo o processo é garantido o direito à privacidade, à proteção e à confidencialidade dos dados. As informações que prestar destinam-se, exclusivamente, para a realização do estudo.

Se tiver outras perguntas sobre o estudo, deve contactar a investigadora,

Catarina Henriques | Telemóvel: 91 35 66 089 | endereço eletrónico: cati_henriques26@hotmail.com

CONSENTIMENTO INFORMADO

Por favor, leia o documento com atenção. Se achar que algo está incorreto ou que não está claro, poderá solicitar mais informações junto da investigadora. Se concorda com o que lhe foi apresentado, assine este documento.

1. Declaro ter lido e entendido o documento, bem como as informações que me foram prestadas pela investigadora.
2. Declaro que aceito participar neste estudo de forma voluntária.
3. Fui devidamente informado(a) da natureza e objetivos do estudo, bem como do que é esperado da minha parte.
4. Tive a oportunidade de fazer perguntas sobre o estudo e percebi as respostas e as informações que me foram dadas.
5. Fui informado que a qualquer momento posso fazer mais perguntas sobre o estudo e que me será prestada toda a informação.
6. Foi-me garantida a confidencialidade dos dados e o anonimato.
7. Foi-me garantida a possibilidade de, em qualquer altura, recusar participar neste estudo sem qualquer tipo de consequências.
8. Enquanto representante legal do(s) menor(es) _____ e _____ autorizo a captação de imagem durante os treinos e convívios / torneios.

Nome do Participante: _____

Assinatura: _____ Data: ____/____/____

Nome da Entrevistadora: _____

Assinatura: _____ Data: ____/____/____

ANEXO III – REGISTO FOTOGRÁFICO



Fig.1 – Convívio no Estádio Universitário de Coimbra, época 2019/2020



Fig.2 – Convívio no Estádio Universitário de Coimbra, época 2019/2020



Fig. 3 – Convívio na Póvoa de Varzim, época 2019/2020



Fig. 4 – Treino do Escalão Sub 8, na Escola Superior Agrária de Coimbra



Fig. 5 – Treino no campo desportivo do Bairro da Rosa



Fig. 6 – Treino no campo desportivo do Bairro da Rosa

